

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AMANDA DE ROSSI FONTANELLI**

**A DUPLA INSERÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA FRENTE À NOVA  
GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO**

**Porto Alegre**

**2015**

**AMANDA DE ROSSI FONTANELLI**

**A DUPLA INSERÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA FRENTE À NOVA  
GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

**Porto Alegre**

**2015**

### CIP - Catalogação na Publicação

Fontanelli, Amanda De Rossi

A dupla inserção da Política Externa Brasileira  
frente à nova geopolítica do petróleo / Amanda De Rossi  
Fontanelli. -- 2015.

70 f.

Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Política Externa. 2. Atlântico Sul. 3. Petróleo.  
4. Geopolítica. I. Silva, André Luiz Reis da, orient.  
II. Título.

**AMANDA DE ROSSI FONTANELLI**

**A DUPLA INSERÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA FRENTE À NOVA  
GEPOLÍTICA DO PETRÓLEO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
UFRGS

---

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins  
FEEVALE

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais, meus maiores exemplos, minhas referências e em quem sempre vou me espelhar. Obrigada pelo apoio incondicional durante minha faculdade e durante meus vinte e três anos de vida. Não há palavras para descrever como sou grata a vocês por todo o amor, educação, valores, conselhos e pela oportunidade que me deram de estudar fora. Sei que quem sou hoje é um reflexo disso e, por isto, dedico este trabalho a vocês. Eu os amo “do infinito ao além”.

Agradeço também aos meus melhores amigos, meus anjos da guarda, Bruna, Carol, Eduardo, Gabi e Josi. Sem vocês essa trajetória não teria sido tão significativa e marcante. Obrigada pelas conversas, apoio, risadas e por diminuírem o vazio de estar longe de casa. Momentos que guardarei sempre comigo.

Gostaria de agradecer também ao meu orientador, professor André Luiz Reis da Silva, pela disposição, atenção e apoio ao me orientar neste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de estudar nessa instituição referência em Relações Internacionais.

*Não sabendo que era impossível, foi lá e fez.*

*Jean Cocteau*

## RESUMO

O presente trabalho propõe o estudo da Política Externa Brasileira (PEB) diante de uma dualidade: a de país ao mesmo tempo produtor e importador de petróleo. Defende que esse recurso energético é de suma importância para a economia e política internacionais, partindo da descrição de ações estatais e crises mundiais motivadas pela necessidade de controle de poços petrolíferos e de assegurar o abastecimento. Procura inserir a região do Atlântico Sul e, por conseguinte, o Brasil, em um novo cenário internacional, com novos polos consumidores e produtores que perpassam o eixo tradicional Estados Unidos – Europa – Oriente Médio. Por fim, estabelece como foco de pesquisa a verificação de como a diplomacia do Brasil se posiciona frente a essa realidade e se a PEB garante o abastecimento energético necessário ao desenvolvimento nacional. Com um recorte temporal do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), analisa as principais mudanças nas diretrizes da PEB para energia, principalmente após a descoberta do pré-sal em 2006. Para tanto, buscou-se uma pesquisa bibliográfica e de fontes primárias de modo a embasar as discussões apresentadas. Ao final, retoma-se a dualidade da PEB, buscando uma reflexão da atual política externa para energia.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira. Geopolítica do Petróleo. Atlântico Sul. Pré-Sal.

## **ABSTRACT**

This paper seeks the study of the Brazilian Foreign Policy in face of a duality: a country at the same time producer and importer of oil. It is argued that this resource is of paramount importance for international economy and politics, based on the description of State actions and global crisis motivated by the necessity to control and to ensure the supply of this feedstock. It hopes to place the South Atlantic region, thus Brazil, in a new international scene, with new consumers and producers that exceeds the traditional axis United States – Europe – Middle East. Ultimately, the focus of this research is the verification of how Brazilian diplomacy positions itself in front of this reality and if it guarantees the energy provision needed to the national development. The time frame is Luiz Inácio Lula da Silva's administration (2003-2010), chosen in order to analyze the main changes in Brazilian energy's Foreign Policy, especially after discoveries in the pre-salt layer in 2006. Therefore, it is presented a literature review and primary sources are used so as to base this discussion. At the end, it is resumed the duality presented, and a reflection is made on the current energy foreign policy.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy. Geopolitics of oil. South Atlantic. Pre-Salt.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: CONFLITOS E RECENTES DESCOBERTAS.....</b>	<b>13</b>
2.1. CONFLITOS PELA SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO.....	13
2.2. AS RECENTES DESCOBERTAS DO ATLÂNTICO SUL E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS PARA O BRASIL.....	22
<b>3. POLÍTICA EXTERNA: O REFLEXO DA DUALIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>33</b>
3.1. BRASIL IMPORTADOR: GARANTIA DE FORNECIMENTO.....	36
3.2. BRASIL EXPORTADOR: DISSUAÇÃO E PROTEÇÃO DA EXPLORAÇÃO <i>OFFSHORE</i> .....	45
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os recursos energéticos, principalmente o petróleo, são fundamentais para a manutenção da segurança dos Estados. Sua importância vai além de um insumo primário, ele move as relações internacionais. Assegurar seu abastecimento é imprescindível para a sobrevivência dos países e, por isso, configura como objetivo latente de várias guerras e conflitos. A busca pela segurança energética é entendida ao perceber a relevância dos hidrocarbonetos como motores da economia capitalista (OLIVEIRA, 2007; YERGIN 1993) e para o incremento das forças armadas e das capacidades de um país e, conseqüentemente, da sua posição no Sistema Internacional (WALTZ, 2002).

Ao se considerar que os principais centros consumidores não são as principais áreas produtoras de petróleo, compreende-se melhor as guerras por recursos (como a Guerra do Golfo, em 1991), os conflitos civis da África (que inclusive levaram ao separatismo no Sudão) e as constantes intervenções militares, principalmente americanas, no Oriente Médio e na Bacia do Mar Cáspio (YERGIN, 1993; OLIVEIRA, 2007; KLARE, 2006).

A emergência de novos atores importadores e exportadores do hidrocarboneto torna ainda mais atuais questões de exploração, transporte, defesa das reservas e uso dos recursos. Especificamente em relação ao Atlântico Sul, as crescentes descobertas de reservas petrolíferas *offshore*, principalmente após os anos 2000, atraem atenção das grandes potências consumidoras. A região é ainda mais atraente pela ausência de estreitos, garantindo um fluxo ininterrupto, e pelo fato de a produção não ser profundamente afetada pelos conflitos do continente (OLIVEIRA, 2007).

O pré-sal brasileiro faz parte dessas grandes descobertas. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP (BRASIL, 2011a), o país ocupava, em 2011, a 15ª posição no ranking mundial de reservas provadas de petróleo e, em 2014, produziu mais de 850 milhões de barris equivalentes de petróleo (BRASIL, 2014). Segundo o relatório de 2011, a América Latina era a segunda maior região em reserva de petróleo do mundo, perdendo apenas para o Oriente Médio. Assim, o país começa a se inserir de forma mais concreta entre os principais produtores de petróleo pesado<sup>1</sup> do mundo. Entretanto, apesar

---

<sup>1</sup> O petróleo pesado é caracterizado por um baixo índice de octanagem e alto índice de enxofre, por isso são mais densos. Os principais componentes que se deriva desse tipo de petróleo são asfalto e combustíveis de máquinas. Os derivados mais nobres, como a gasolina, são mais eficientemente extraídos do petróleo leve, que possui um alto índice de octanagem e um baixo índice de enxofre. Ademais, a grande parte das refinarias brasileiras são configuradas para óleos leves, que, no entanto, representavam 6% da produção brasileira em 2006 (CASTELLAR; FEIJÓ, 2006).

de autossuficiente nessa qualidade, é importador de petróleo leve. Assim, forma-se uma dualidade entre os interesses de um país ao mesmo tempo importador e exportador.

O presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: a Política Externa Brasileira (PEB) responde a essa dualidade, de um país importador e exportador de petróleo, e atua de maneira adequada para garantir a segurança energética do país? A pesquisa utilizou como hipótese principal a de que a Política Externa Brasileira se divide entre os interesses brasileiros como um país ao mesmo tempo importador e exportador de petróleo, garantindo ao Brasil os meios para seu suprimento energético.

Desse modo, o objetivo central desse trabalho é avaliar a dupla inserção da Política Externa Brasileira na atual geopolítica do petróleo, de modo a assegurar o provimento desse recurso ao país, levando em consideração ambos os interesses. Ou seja, verificar se a PEB é um mecanismo eficiente e de suporte à conquista da segurança energética.

Como objetivos específicos, analisará a atual geopolítica do petróleo, na qual os principais países consumidores são também os com maior poder de coerção, porém, não são os principais produtores. Ainda, observará de que modo a diplomacia brasileira equilibra tanto as necessidades internas e desafios do Brasil como país produtor e importador de petróleo, verificando processos de integração, acordos bilaterais e parcerias multilaterais que busquem o fornecimento e a proteção desse recurso, a dissuasão, a afirmação dos direitos sobre o mar e, conseqüentemente, da exploração *offshore*.

Este trabalho estabelece como recorte temporal para atuação da PEB o período de 2003 a 2010, durante o mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A escolha do período se deu pelo contexto internacional de descobertas sul-atlânticas, inclusive do pré-sal brasileiro, e do fortalecimento de novos polos de consumo energético, principalmente na Ásia. Todavia, no decorrer do trabalho são apresentados dados até 2014 para fins de comparação e também do entendimento da situação energética atual do Brasil.

O principal modelo de análise utilizado é o neorrealismo, que tem como um de seus maiores teóricos Kenneth Waltz (2002). As principais premissas desse modelo são que os Estados são os atores relevantes no Sistema Internacional (SI), que o objetivo central é a sua segurança e manutenção de sua posição no sistema e que a sobrevivência é um pré-requisito para se alcançar outros objetivos. O princípio ordenador do SI é a anarquia, o que significa dizer que cada Estado está sozinho na busca de seus principais interesses. Hedley Bull também sustenta a ideia de uma sociedade entre Estados anárquica, na qual os Estados agiriam racionalmente como forma de conquistar seus objetivos (BULL, 2002).

Waltz argumenta, ainda, que a estrutura<sup>2</sup> internacional constrange as ações dos Estados, limitando a cooperação entre eles, principalmente através de duas formas. Primeiramente, uma preocupação constante dos Estados seria com a divisão de ganhos, que poderia favorecer mais outros Estados. A segunda seria a preocupação do Estado em se tornar dependente de outros, tanto através da cooperação quanto na troca de bens e serviços. Para suprir essa condição, as nações buscam garantir o acesso contínuo daquilo de que dependem. Segundo Waltz:

Esta ideia simples explica um bom bocado do comportamento dos estados: os seus impulsos imperialistas para alargar o escopo do seu controle e as suas lutas pela autonomia para uma maior autossuficiência. (WALTZ, 2002, p. 149).

Somado a isso, a mudança do posicionamento das unidades no SI se daria através de uma mudança na distribuição das capacidades dos países. As capacidades, por sua vez, seriam os meios pelos quais o Estado alcançaria seus objetivos. Desse modo, observa-se aqui o suporte teórico para a discussão sobre geopolítica do petróleo, qual seja, os Estados que são dependentes de algum recurso, principalmente escasso, buscarão de qualquer maneira garantir seu fornecimento, assegurando assim sua segurança e sua sobrevivência. O acesso permanente a essa fonte de energia ocasionaria um incremento da capacidade da nação e, por conseguinte, da posição que ocupa no SI.

Aqui também reside a importância desse estudo para as relações internacionais, de modo a compreender melhor a ação de Estados na busca da autossuficiência energética. Assim, a guerra por recursos energéticos, principalmente os fósseis, é melhor explicada por Waltz:

Se a escassez de uma mercadoria é esperada, coletivamente, todos estarão melhor se comprarem menos dessa mercadoria de forma a moderar os aumentos de preços e a distribuir a pouca mercadoria existente equitativamente. Mas porque alguns estarão melhor se armazenarem rapidamente mantimentos extra, todos têm um forte incentivo para o fazer. (WALTZ, 2002, p. 150-151).

O autor também afirma que, para buscar os seus fins, os Estados se utilizam dos meios disponíveis, tanto esforços internos (como aumentar a capacidade econômica e militar e desenvolver estratégias), quanto esforços externos (que seriam formas de fortalecer e expandir alianças ou de enfraquecer uma aliança adversária). A Política Externa de um país seria um exemplo de esforço externo, buscando se alinhar aos países que acha mais vantajoso. Logo,

---

<sup>2</sup> Waltz divide o Sistema Internacional em estrutura e unidades. Segundo sua teoria, o que ocorre a nível da estrutura internacional independe de características internas às unidades (WALTZ, 2002).

também se justifica a importância de se estudar a política externa como meio de se alcançar o seu objetivo base, que é segurança e sobrevivência.

Apesar de reconhecer a presença do interesse nacional e a estrutura doméstica, Waltz acredita que esses interesses devem estar subordinados aos interesses internacionais e, portanto, não aborda o jogo político interno como relevante para as relações internacionais. Entretanto, esse trabalho entende que esses interesses domésticos são relevantes para a formulação de uma política externa e que, sendo esta um meio para se atingir os principais objetivos do Estado, eles devem ser considerados. Sendo assim, esta pesquisa reconhece a porosidade da teoria de Waltz e, para suprir essa carência, utiliza-se do trabalho de Karl W. Deutsch.

O autor reconhece que o ambiente internacional é marcado pela competição externa, mas também por pressões e confrontos políticos internos. Assim, a sobrevivência do Estado e do sistema internacional “[...] depende, de maneira crucial, da capacidade de cada Estado e de cada governo de bem orientar-se e de autocontrolar-se.” (DEUTSCH, 1982, p. 99). O autor relaciona o externo com o interno, e evidencia a relevância da Política Externa para a sobrevivência estatal. Desse modo, a interação dos vários atores domésticos em disputa resulta em decisões de política externa, que têm de se adequarem às capacidades do país. Por isso, um país com maiores recursos pode definir a ordem internacional a seu modo. Com isso, evidencia-se o papel dos interesses internos na formulação de política externa e da mesma no jogo internacional.

Apenas as nações maiores e mais fortes têm condições de desenvolver uma imagem pelo menos plausível de um mundo que, por seus próprios esforços nacionais, podem ter condições de moldar, transformar ou preservar, no todo ou em parte, conforme seus próprios desejos [...] (DEUTSCH, 1982, p. 120).

Portanto, através de ambas as teorias é possível identificar o reflexo da estrutura internacional e doméstica no comportamento das unidades (Estado) e de sua relevância para o entendimento da geopolítica, política externa, autossuficiência energética e interesse das grandes potências.

Além da importância dos recursos para a capacidade estatal e formulação de política externa, esse estudo justifica-se pelo fato de o petróleo já ter sido motivo de guerras centrais. Some-se a isto, o fato de que este recurso torna possíveis as próprias guerras, por ser usado como combustível, como matéria necessária para fabricação de itens bélicos, entre outras aplicações (KLARE, 2008; YERGIN, 1993). Assim, a recente descoberta de reservas petrolíferas *offshore* na América do Sul e na África é também motivo de preocupação, uma vez

que intervenções armadas no Atlântico Sul podem afetar a segurança do Brasil, tanto física e energética como social e econômica (OLIVEIRA, 2012).

Desta forma, estudar se a Política Externa Brasileira garante ou não o suprimento de petróleo é de extrema relevância para entendermos como o Brasil enxerga o pré-sal (como meio de inserção mundial ou apenas como uma commodity) e como percebe as mudanças futuras desse cenário, que se encaminha cada vez mais para a escassez desse insumo, o que pode ocasionar conflitos. Os acordos e afins demonstrarão a intenção brasileira – ou a falta dela – de mudar sua posição no sistema, de garantir sua sobrevivência, de manter parcerias estratégicas, entre outros.

O método de abordagem escolhido para esse projeto foi o indutivo, por reconhecer a dificuldade de se analisar os efeitos da descoberta do pré-sal e dos interesses domésticos na Política Externa Brasileira. Nas ciências sociais aplicadas, principalmente nas Relações Internacionais, é difícil que as conclusões sejam as mesmas em contextos diferentes e voláteis. Desse modo, “[...] passa-se pelo raciocínio, dos indícios percebidos, a uma realidade desconhecida por eles revelada” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 86).

A técnica de pesquisa deste trabalho consiste em revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e de discursos. Utilizar-se-á da bibliografia para embasar argumentos acerca da geopolítica do petróleo e conceitos necessários ao seu entendimento, buscando identificar elementos que caracterizem o cenário atual. Além disso, a análise de documentos como discursos, jornais e artigos científicos servirá de base para entender a conjuntura internacional e doméstica, analisando os processos dos quais a política externa brasileira faz uso para ao mesmo tempo proteger a exploração em águas profundas e o abastecimento energético. Usará a revisão de acordos, usando principalmente as Resenhas de Política Exterior<sup>3</sup>, para verificar a ação da diplomacia e verificar a hipótese apresentada.

O trabalho está estruturado em três partes, além desta introdução. O primeiro capítulo versará sobre a geopolítica do petróleo, introduzindo os conceitos necessários para a compreensão do cenário petrolífero mundial. Abordará os principais conflitos pela segurança de abastecimento e os possíveis desdobramentos para o Brasil das recentes descobertas do Atlântico Sul, buscando demonstrar a relevância da região para esse cenário.

---

<sup>3</sup> As Resenhas de Política Exterior são publicações do Ministério das Relações Exteriores nas quais constam os principais acordos, tratados e convenções, além de declarações ministeriais, presidenciais, declarações conjuntas, artigos, reportagens e entrevistas concedidas por formuladores de política externa, como o Presidente da República e diplomatas de alto nível.

O segundo capítulo discutirá a dupla inserção da Política Externa Brasileira diante da nova geopolítica do petróleo. Para isso, estudará diretrizes de política externa anteriores ao governo Lula, buscando a compreensão da diplomacia de Celso Amorim, suas continuidades e diferenças; abordará o passado da indústria petrolífera nacional; apresentará estratégias para o abastecimento brasileiro; e, por fim, analisará os meios dos quais a chancelaria brasileira faz uso para defender o interesse energético nacional e a soberania sobre seus recursos. Na quarta parte, a conclusão, algumas características da PEB atual relevantes para as questões de energia do país serão apontadas, promovendo um rápido entendimento da diplomacia atual, e verificar-se-á a validade da hipótese apresentada.

## **2 A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: CONFLITOS E RECENTES DESCOBERTAS**

Este capítulo servirá de base para estabelecer a importância do petróleo para a segurança e sobrevivência dos países. Buscará confirmar seu papel preponderante em guerras e conflitos e estabelecer a relevância do Atlântico Sul, principalmente do Brasil, para o novo cenário que se desenha desde o fim do século passado e, de forma mais acentuada, do início do século XXI. Desse modo, procura-se construir os pilares da análise do segundo capítulo. A primeira seção tratará da disputa por petróleo durante o século XX, enquanto que a segunda seção proverá uma análise das recentes descobertas do petróleo no Atlântico Sul e a importância da região para a nova geopolítica do petróleo.

### **2.1 CONFLITOS PELA SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO**

Esta seção abordará principalmente as relações do Ocidente com o Oriente Médio, uma vez que este último é a principal área de preocupação para a política exterior e militar ocidental, visto estar situada sobre a maior reserva mundial de petróleo inexplorado, além de liderar a produção diária e mundial. Ademais, as principais crises e guerras por petróleo do século XX envolveram esta região, e são importantes para explicar a geopolítica do petróleo atual. Ao fim, abordará a introdução de novos atores, reservas e um novo cenário da geopolítica do petróleo.

Como conceito de geopolítica do petróleo, o trabalho utilizará Klare (2012), uma vez que define a geopolítica como um esforço estatal para promover seus interesses econômicos e políticos no exterior e a coloca intrinsecamente ligada ao petróleo, uma vez que esse recurso é essencial para o bom funcionamento de Estados e organizações e porque sua localização está concentrada em algumas áreas do globo. Essas regiões, por sua vez, não coincidem com as grandes potências. Assim, a busca pelo fornecimento de petróleo e a negação desse fornecimento aos adversários leva a uma necessidade de controlar ou influenciar as regiões produtoras. Para tanto, isso levou a conflitos e disputas pelo domínio dessas regiões-chave, o que o autor denomina de geopolítica do petróleo.

O petróleo se destaca entre os recursos energéticos por estar relacionado a uma grande quantidade de conflitos, levando alguns autores a considerá-lo como a maior fonte de problemas de Segurança Internacional, inclusive na atualidade (OLIVEIRA, 2007, p. 22).



Desse modo, a atualidade do tema se faz presente uma vez que o petróleo permanece o motor da sociedade industrializada, base para fabricação de vários produtos e importante responsável por alterar a capacidade econômica, militar e político-diplomática de um Estado, ou seja, de mudar a disposição de um país no Sistema Internacional.

A história do petróleo inicia-se no século XIX. Entretanto, foi no século XX que ganha destaque, principalmente durante as duas Guerras Mundiais, uma vez que “a mecanização do campo de batalha [...] trouxe à guerra uma nova mobilidade e tornou o petróleo um artigo estratégico essencial” (YERGIN, 1993, capítulo XXI, fotos 30 e 31). Na Primeira Guerra Mundial, essa fonte energética consolidou sua importância militar e o carvão cede sua posição de principal recurso energético para a gasolina e o diesel (TORRES FILHO, 2008).

Na Segunda Guerra Mundial, o controle de áreas produtoras se tornou fundamental para a estratégia dos envolvidos (TORRES FILHO, 2008). Já se tinha consciência, em 1944, da relevância do Oriente Médio, particularmente da Arábia Saudita, reconhecendo ser o “[...] maior prêmio isolado de toda a história” (YERGIN, 1993, p. 401). Ao fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos (EUA) haviam exaurido seus recursos, o que significava que deixava de ser um país exportador e que, se houvesse uma Terceira Guerra, eles não teriam estoques dos quais se abastecer (YERGIN, 1993). Assim, há um redirecionamento da política mundial e o surgimento de um novo centro de gravidade, o Oriente Médio. A Inglaterra, ao contrário dos EUA, sempre esteve presente no Oriente Médio. Essa presença americana na região redefiniu a importância estratégica da mesma. O petróleo do Golfo Pérsico foi crucial para a recuperação da Europa e para o êxito do Plano Marshall<sup>4</sup>.

O fato de os norte-americanos estarem se tornando importadores era um grande problema para sua segurança interna. Surgiram então as primeiras propostas de política para segurança energética: a Teoria da Conservação, a qual pregava que deveriam controlar e desenvolver reservas estrangeiras de modo a conservar as domésticas; e a Política da Solidificação, ressaltando a importância do envolvimento direto do governo americano nesta empreitada (YERGIN, 1993). Essas propostas tinham um objetivo único, o de garantir a propriedade das reservas estrangeiras, e não apenas ajudar os governos árabes. Com isso, começaram a surgir as bases do relacionamento entre Estados Unidos e Arábia Saudita<sup>5</sup>, uma vez que, em troca da exploração das reservas sauditas, o governo estadunidense oferecia proteção à integridade territorial e à independência do país árabe.

---

<sup>4</sup> Responsável pela transição energética da Europa do carvão ao petróleo (YERGIN, 1993).

<sup>5</sup> A ARAMCO, Arabian American Oil Company, consórcio de quatro empresas americanas, foi criada em 1944 para explorar concessões sauditas.

As disputas entre empresas de diferentes nacionalidades por concessões no Oriente Médio demonstravam a importância que o petróleo havia assumido no mundo político. Nas palavras de Daniel Yergin,

[...] a crescente influência do petróleo na economia e a dimensão dos recursos do Oriente Médio serviam para definir, no contexto inicial da guerra fria, a manutenção do acesso ao petróleo como elemento vital para a segurança [...]. O petróleo consistia no ponto de convergência para a política externa, as considerações de economia internacional, a segurança nacional e os interesses corporativos. (YERGIN, 1993, p. 419).

Percebe-se, desse modo, a importância do Oriente Médio e, mais ainda, do petróleo para as nações industrializadas. A nova ordem do petróleo seria centrada nessa região, apesar de outras regiões também serem cruciais para o abastecimento, principalmente o americano, como o México e a Venezuela.

A partir desse momento, o petróleo é central em praticamente todas as grandes crises mundiais (TORRES FILHO, 2008). Uma das primeiras turbulências provocadas pela ruptura do fornecimento de petróleo foi a crise do Suez. Esta demonstrou a instabilidade do Golfo e a dependência ocidental do recurso advindo dessa região. O Canal de Suez era a principal via de transporte desse hidrocarboneto do Golfo Pérsico aos centros consumidores europeus e, em 1955, o transporte de petróleo representava dois terços de todo o tráfego do Canal, sendo de importância inestimável para o Ocidente (YERGIN, 1993).

Com a chegada de Nasser ao poder do Egito, o Canal de Suez passou a ser visto como símbolo do antigo colonialismo inglês. Além disso, se o Egito fosse capaz de controlar o canal, significaria uma fonte de renda a mais para o país. Assim, em 1956, o canal foi expropriado, mas continuou a funcionar com relativa normalidade. No entanto, receando um bloqueio do canal e a interrupção do fornecimento de petróleo, Inglaterra, França e Israel planejaram atacar o Egito. Israel invadiu a Península do Sinai e, posteriormente, os dois países europeus buscaram invadir a Zona do Canal. Houve escassez de petróleo na Europa, visto que era uma das principais rotas de abastecimento, o que desencadeou um aumento dos preços de petróleo. A crise terminou em 1957, e o controle sobre o Canal permaneceu com os egípcios.

Em 1960 foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP<sup>6</sup>, com a finalidade de enfrentar as companhias internacionais de petróleo e defender o preço desse

---

<sup>6</sup> A OPEP foi criada após a redução do preço do petróleo por parte de companhias petrolíferas estrangeiras, com o intuito de competirem com oferta exclusiva e conter a concorrência soviética. Os países fundadores foram Arábia Saudita, Venezuela, Kuwait, Iraque e Irã.

insumo, além de se solidarizarem caso algum país-membro sofresse alguma sanção. Representou o primeiro passo do empoderamento dos países exportadores e controle pelos Estados de seus recursos naturais, que, naquela época, representavam 80% das exportações mundiais de petróleo (YERGIN, 1993).

Já nesse período as descobertas de petróleo africano eram notáveis. A crise do Suez havia aumentado ainda mais a relevância dessa região, de modo a diminuir a dependência do Oriente Médio. Líbia, Nigéria e Argélia eram os principais produtores, e forneciam boas quantidades de petróleo leve. Essas novas reservas pressionavam ainda mais os preços a caminho de uma redução.

Em 1967 irrompeu a guerra dos Seis Dias, entre árabes e israelenses. O Estado judeu ocupa a Cisjordânia, Jerusalém, Península do Sinai e as Colinas de Golã. O petróleo como arma foi colocado em prática e cinco países árabes<sup>7</sup> suspenderam carregamentos para Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, reduzindo o fluxo de petróleo árabe a 60%. Contudo, a “arma do petróleo” e o embargo seletivo não foram bem-sucedidos, uma vez que os países consumidores estavam redistribuindo o petróleo entre si.

No início da década de 1970, a diferença entre produção e consumo era muito pequena, os preços de mercado excediam os oficiais e, entre 1970 e 1973, o valor do barril havia dobrado (YERGIN, 1993). Qualquer desequilíbrio na oferta de petróleo poderia levar a uma crise mundial. Em 1973, durante a celebração do feriado judaico de Yom Kippur, aviões egípcios e sírios atacaram Israel. A escolha da data visava surpreender os israelenses. Além disso, a “arma do petróleo” novamente foi implantada, sendo instaurados embargos (cortes de produção e restrições às exportações). Sadat, líder do Egito, objetivava gerar uma crise para que se pudesse negociar a ocupação por Israel da Península do Sinai e de outros territórios árabes, que vigorava desde a guerra de 1967. Buscava apoio do governo estadunidense, de modo que este se afastasse de Israel e apoiasse uma negociação vantajosa para o Egito. “A decisão de Sadat era bem calculada. Estava agindo com base na opinião de Clausewitz de que a guerra era a continuação da política por outros meios.” (YERGIN, 1993, p. 619).

Houve vários erros de cálculo por parte de Israel. Primeiro, consideravam irrisória a possibilidade de uma guerra. Segundo, acreditavam que suprimentos para três semanas eram suficientes. O governo americano percebeu que Israel poderia perder a guerra; porém, enquanto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) começava o reabastecimento das tropas sírias, não podia fazer o mesmo com Israel ou arriscaria uma ruptura com os árabes. Mais do

---

<sup>7</sup> Arábia Saudita, Kuwait, Iraque, Líbia e Argélia.

que a sobrevivência do Estado judeu, os Estados Unidos estavam preocupados com o aumento da influência comunista na região caso o Estado judaico fosse absorvido. Desse modo, por fim, decidiram por ajudar a nação judaica, e passaram a ser considerados aliados de Israel<sup>8</sup>.

Ao serem notificados da tomada de decisão dos estadunidenses, os delegados dos países do Golfo aumentaram unilateralmente o preço do petróleo em 70%, assumindo total controle sobre o estabelecimento do valor do barril. O aumento chegou a aproximadamente 400%. Ademais, promoveram um embargo: provocariam cortes mensais na produção de 5% em 5%<sup>9</sup> (YERGIN, 1993). O fornecimento aos americanos foi cancelado por quase todos os países produtores da região. Entretanto, o abastecimento a “países aliados” continuaria, o que provocava uma divisão dos países industrializados. O primeiro choque do petróleo provocou tensão por aproximadamente três semanas, quando o cessar-fogo entrou em vigor. Egito e Israel começaram negociações, assim como Egito e Estados Unidos, concretizando os interesses da nação árabe. Foi principalmente após esse choque que a potência se engajou fortemente em assegurar o seu acesso às reservas petrolíferas, trazendo o fornecimento de petróleo importado para a agenda de segurança nacional (OLIVEIRA, 2007).

O segundo choque do petróleo, em 1979, teve sua origem um ano antes com manifestações no Irã contra o Xá e a dinastia Pahlevi e em favor do aiatolá Khomeini, provocando greves na indústria petrolífera. O Irã era o segundo maior exportador de petróleo, exportando aproximadamente 4,5 milhões de barris por dia. Com as greves, as exportações caíram para menos de um milhão (YERGIN, 1993). Isso provocaria uma escassez no mercado mundial e também aumento da instabilidade iraniana, uma vez que essa era sua principal fonte de renda. Em dezembro de 1978, as exportações iranianas haviam cessado por completo e os preços aumentaram de 10 a 20%. No início de 1979, a dinastia se desmanchou e Khomeini chegava ao poder.

Os preços no mercado internacional subiram mais de 150%, resultado de crescimento do consumo, interrupção do fluxo contratual de suprimentos<sup>10</sup>, estratégias conflitantes dos

---

<sup>8</sup> Primeiramente tentaram fornecer suprimentos a Israel sem o conhecimento dos países árabes. Entretanto, erros de cálculo por parte dos americanos não tornaram possível a estratégia (YERGIN, 1993).

<sup>9</sup> Cortariam 5% da produção naquele mês, e continuariam a cortar 5% durante os próximos meses. Todavia, muitos países resolveram que começariam os cortes em 10%, prejudicando ainda mais as potências consumidoras.

<sup>10</sup> A indústria petrolífera era, de certa forma, integrada. Com base em contratos, previa-se o repasse (venda) de suprimento a terceiros, caso surgisse algum desequilíbrio. Contudo, segundo Daniel Yergin (1993), com receio da crise, as companhias e países utilizavam-se de todos os meios para garantir seu próprio abastecimento. Algumas, como a British Petroleum, reivindicaram a cláusula *force majeure* (ato de Deus) para cortar fornecimento a seus clientes.

governos consumidores<sup>11</sup>, possibilidade de receitas extras por parte dos produtores e a incerteza e pessimismo que alimentavam o pânico de uma escassez. Assim, as compras originadas pelo medo mais que dobraram a escassez real<sup>12</sup> (YERGIN, 1993). A invasão do Irã pelo Iraque em 1980, sob pretexto de litígios fronteiriços, ocasionou nova onda de pânico no mercado internacional. As exportações iranianas caíram, mas as iraquianas praticamente cessaram. Inicialmente, retirou do mercado 15% da produção total da OPEP e 8% da oferta total ao mundo ocidental.

O Irã não era o único palco de conflitos. Também houve manifestações na Arábia Saudita e na Líbia, e invasão do Afeganistão por parte da URSS, o que afetava a estabilidade dos países do Golfo e ameaçava a presença norte-americana. Esses acontecimentos levaram à elaboração da Doutrina Carter, em 1980:

Qualquer tentativa de assumir o controle da região do Golfo Pérsico por parte de forças estrangeiras será considerada como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos e como tal será repellido por quaisquer meios que se façam necessários, incluindo forças militares. (CARTER, 1980 apud YERGIN, 1993, p. 737).

Isso demonstra o tamanho da importância que a região representava para os americanos. Os interesses desta nação sempre estiveram acima de qualquer nação da região (seja árabe, judaica ou persa) e a declaração do Presidente expôs claramente isso. Ofensivas à região (e, principalmente, aos campos petrolíferos) seriam consideradas ameaças diretas ao governo, povo e território americanos, e seriam defendidas como tal<sup>13</sup>.

Ambas as crises geraram prospecção de petróleo em outras regiões, aumento de pesquisas por novas fontes de energia e busca por eficiência energética. Entretanto, a crescente oferta mundial de petróleo devido ao aumento de produção pelos países do cartel (de modo a não diminuírem sua renda) exercia enorme pressão sobre os preços, que continuavam a baixar (OLIVEIRA, 2007).

As reservas em 1990 atingiam um trilhão de barris (YERGIN, 1993), o que afastava o receio de uma crise de abastecimento. Todavia, a maioria dessas reservas estavam concentradas nos cinco maiores produtores do Golfo Pérsico<sup>14</sup> e na Venezuela, aumentando a dependência

---

<sup>11</sup> Enquanto muitos países buscavam estabilizar os preços, as empresas desses países procuravam aumentar os preços.

<sup>12</sup> Estimada em uma diminuição de 4 a 5% do valor total de barris comercializados antes do choque (YERGIN, 1993).

<sup>13</sup> A doutrina foi colocada em prática quando iranianos fizeram reféns cidadãos americanos na Embaixada de Teerã. Foi instaurado um embargo sobre as importações de petróleo iraniano e os bens iranianos nos Estados Unidos foram congelados.

<sup>14</sup> Sozinhos, correspondiam a cerca de dois terços das reservas mundiais (YERGIN, 1993).

em relação ao Oriente Médio e, conseqüentemente, a vulnerabilidade do Ocidente a desequilíbrios no mercado de petróleo.

O Iraque, devastado internamente por uma crise econômica e insatisfeito com o aumento de produção do cartel (o que diminuía ainda mais os preços), somado a antigas rivalidades fronteiriças com o Kuwait, invadiu o vizinho.

Em 1990, o Iraque, mergulhado na crise interna, abandonado pelas petromonarquias (suas ex-aliadas contra o Irã) e discretamente avalizado pelos EUA (cuja estratégia agora se baseava nos conflitos de média intensidade), invade o Kuwait. (VISENTINI, 2012, p. 60).

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1991 alarmou a sociedade europeia e norte-americana. Saddam Hussein justificou seu ataque em fundamentações histórico-geográficas, clamando que o Kuwait sempre havia pertencido aos iraquianos e que os britânicos haviam deslocado suas fronteiras. Contudo, seus objetivos iam além de uma anexação territorial: ao conquistar o Kuwait se conquistava também suas riquezas. Se bem-sucedido, o Iraque poderia ultrapassar a Arábia Saudita e se tornar uma superpotência petrolífera, ficando em posição de decidir o futuro da política energética e da economia mundiais. A postura ditatorial e claramente antiamericana de Hussein, em conjunto com especulações de que pretendia alcançar os campos petrolíferos sauditas, adicionou ainda mais instabilidade à situação (YERGIN, 1993).

Visando conter a expansão iraquiana e a anexação do vizinho, a comunidade internacional e a maior parte do mundo árabe se uniram em defesa do Kuwait. As exportações de ambos os países sofreram embargos por parte das Nações Unidas. A invasão foi condenada pelo Conselho de Segurança da ONU, que logo enviou tropas (majoritariamente americanas)<sup>15</sup>.

Assim, em 1990, os americanos e aliados atacaram o Iraque, que teve sua infraestrutura destruída. O Iraque começou a se retirar do Kuwait, incendiando poços de petróleo, o que fez com que os Estados Unidos invadissem o país por via terrestre, extrapolando o estipulado pelo Conselho de Segurança.

A Guerra do Golfo havia terminado, porém o embargo contra o país perdurou como forma de evitar sua reconstrução, de justificar a presença militar na região e de impedir que voltasse ao mercado do petróleo. As bases militares tinham como objetivo facilitar uma futura operação na área e vastas quantidades de armas e munições foram enviadas ao Kuwait e Qatar.

---

<sup>15</sup> O Kuwait possuía bilhões investidos nos Estados Unidos (VISENTINI, 2012), o que incentivou ainda mais a rápida reação americana.

[...] grandes contingentes e importantes bases americana foram estabelecidas no Golfo, configurando-se uma espécie de ‘intervenção permanente’ na região, a pretexto de combater um fantasmagórico poder residual do Iraque. (VISENTINI, 2012, p. 63).

Essas ações materializaram a Doutrina Carter e demonstraram, mais uma vez, a força da região para o abastecimento internacional. Como consequência, os países consumidores buscaram diversificar seus fornecedores. O petróleo africano passa a ter alto valor estratégico na década de 1990: as reservas de Angola cresceram 600% entre 1995 e 1999 (OLIVEIRA, 2007) e o continente ganhou cada vez mais espaço no comércio internacional.

A partir de 2000, a situação iraquiana começou a se normalizar, inclusive diplomaticamente. O embargo ao Iraque já não era cumprido à risca por todos os países e as companhias petrolíferas do mundo industrializado já negociavam contratos com Hussein.

No entanto, a situação americana era delicada. Havia passado por uma crise energética em 2000 e suas importações de petróleo cresceram para 50% do total consumido (KLARE, 2006)<sup>16</sup>. Tendo em vista esse contexto, foi elaborado em 2001 um relatório com propostas de diretrizes energéticas. O relatório Cheney, como ficou conhecido, enfatizava a remoção dos obstáculos políticos, econômicos, legais e logísticos que dificultavam o incremento da provisão de petróleo estrangeiro aos americanos.

Em concordância com o relatório de política nacional, foi lançada a Doutrina Bush em 2002, a qual pregava que “[...] uma ameaça seria definida pela combinação de radicalismo e tecnologia, mais especificamente quando Armas de Destruição em Massa estiverem em posse de movimentos políticos e religiosos extremistas [...]” (VISENTINI, 2012, p.103). Surgiram, assim, as noções de “Estados pária” e “Eixo do Mal”<sup>17</sup>. Essa diretriz desencadearia as guerras preventivas, na qual o petróleo também jogava um papel essencial.

De acordo com o relatório, precisariam se certificar de que o fornecimento não fosse interrompido por guerras, revoluções, desordens civis, etc. Essas diretrizes iram guiar as ações estadunidenses para as regiões provedoras de petróleo, principalmente Golfo Pérsico, Mar Cáspio, África e América Latina (KLARE, 2006).

A superpotência suspeitava que o Iraque possuía armas de destruição em massa, o que não foi confirmado por inspetores da ONU enviados ao país para investigação. Mesmo sem a confirmação, o governo americano decidiu atacar o país, empregando de maneira análoga o

---

<sup>16</sup> Isto era especialmente relevante aos Estados Unidos uma vez que o petróleo abastecia sua vasta frota de maquinaria de guerra, que garantia sua presença ao redor do mundo.

<sup>17</sup> O Eixo do Mal era composto por Irã, Coreia do Norte e Iraque. Eram conceitos que faziam parte da Doutrina Bush, elaborada posteriormente aos ataques de 11 de setembro.

mesmo argumento que usara em setembro de 1990 para justificar o uso da força, pois poderiam ameaçar o controle americano da região.

Com o êxito da invasão, a estabilidade do controle do Golfo Pérsico foi instaurada. Todavia, essa estabilidade pode não estar garantida no longo prazo, pois é necessário assegurar que a Arábia Saudita e outros produtores do Golfo aumentem a produção de petróleo na medida necessária pela crescente demanda estadunidense e internacional.

Em 2011 houve a retirada das tropas de combate americanas e as restrições impostas ao Iraque no período de Saddam.

O Oriente Médio é visto como o maior fator desestabilizador. Os EUA atacam esta região por seus recursos, sua posição geopolítica e, especialmente, porque ela é indefesa, sem poder militar ou potências protetoras. (VISENTINI, 2012, p. 113).

Outros atores começaram a surgir na década de 1990. O crescimento chinês e, posteriormente, indiano, fizeram com que esses dois novos gigantes se aproximassem da região. O primeiro, por passar de exportador a importador de petróleo e gás. O segundo, principalmente no comércio e ao investir em infraestrutura e outras formas de cooperação.

O ressurgimento da Ásia Central com Estados independentes e sua inserção internacional abriu um novo campo aos interesses energéticos. A China e Índia exploraram o que ainda não havia sido por outras potências, como os recursos do Azerbaijão, por exemplo. A Rússia, com Putin, recuperou parte da sua capacidade de projetar poder e articular uma diplomacia com objetivos estratégicos; o Irã foi priorizado tanto pelo petróleo quanto pela manutenção da influência russa no Cáucaso (NEVES, 2013).

O Brasil passou a se relacionar com a região desde o “milagre econômico”, pois passou a ser grande importador de petróleo. Em 1972, foi criada a Braspetro, empresa subordinada à Petrobras com o intuito de produzir petróleo no exterior (NUNES, 2004). Durante o período liberal, o país se afastou da região. Além disso, fornece urânio de baixo teor para ser processado e enviado ao Irã, e a diplomacia brasileira foi mediadora no contencioso nuclear iraniano. Principalmente a partir do século XXI, o país passa a se relacionar de outra forma. A descoberta de óleo em camadas profundas do solo marítimo o coloca em posição de fornecedor de petróleo. Esse assunto será abordado de forma mais aprofundada na seção subsequente.

Sendo assim, inicia-se a introdução de novos atores na geopolítica do petróleo. A partir da década de 1990, a demanda crescente e proveniente de diversas partes do mundo acarreta uma competição cada vez mais acirrada pela busca de fornecedores. A manutenção do *status quo* por parte das potências tradicionais (Estados Unidos, Inglaterra, França) depende do



provimento de tal insumo. A militarização das zonas produtoras e das rotas internacionais são problemas atuais que serão discutidos na segunda parte deste capítulo.

Claramente, isto possui o caráter de uma escalada: quanto mais os EUA dependerem de petróleo importado, maior será a probabilidade de que tenham participação militar nas áreas produtoras chave (KLARE, 2006, p. 206).

Mais recentemente, a crise ucraniana de 2014 e a ocupação por parte do Estado Islâmico (ISIS) de vastas áreas produtoras de petróleo no Iraque e na Síria são exemplos de conflagrações que envolvem o fornecimento desse recurso. Segundo Klare (2008), seria impossível distinguir o problema com o terrorismo no Oriente Médio dos conflitos com o Ocidente pela busca de recursos energéticos. Desse modo, nota-se a contínua pertinência da geopolítica energética para o comportamento dos Estados, tanto exportadores quanto importadores do hidrocarboneto.

Por quase um século e meio o petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização. Vem se constituindo em privilégio e em ônus. A energia é a base da sociedade industrializada. E, entre todas as fontes de energia, o petróleo vem se mostrando a maior e a mais problemática devido ao seu papel central, ao seu caráter estratégico, a sua distribuição geográfica, ao padrão recorrente de crise em seu fornecimento – e à inevitável e irresistível tentação de tomar posse de suas recompensas. (YERGIN, 1993, p. 822).

Portanto, percebeu-se nessa primeira parte o papel central do petróleo nas políticas domésticas e internacionais. O controle de reservas e de rotas petrolíferas é um privilégio estratégico que capacita os Estados a se manterem relevantes no Sistema Internacional, através da força econômica, militar e diplomática (guerras, embargos, manipulação de preço, barganha, entre outros).

No início deste século surge um novo cenário petrolífero mundial. Regiões que antes não eram exploradas e eram relegadas diante da supremacia do Oriente Médio passam a ser foco de disputa entre as grandes potências importadoras do insumo. A atenção proferida a esse recurso energético não se encerra no século XX e o século XXI, pelo menos até o momento, dá continuidade à Era do Hidrocarboneto.

## **2.2 AS RECENTES DESCOBERTAS DO ATLÂNTICO SUL E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS PARA O BRASIL**

Como introduzido no subcapítulo acima, os recursos energéticos, principalmente o petróleo, são fundamentais para a manutenção da segurança dos Estados. Assegurar seu

abastecimento é imprescindível para a sobrevivência dos países e, por isso, configura como objetivo latente de várias guerras e conflitos. Posto que os principais centros consumidores não são os principais produtores, a emergência de novos atores torna ainda mais relevantes questões como a exploração e o transporte desse insumo. Desde os anos 2000, descobertas de reservas petrolíferas na África Ocidental, Golfo da Guiné e Brasil atraem atenção das grandes potências consumidoras para a região. Nesta seção, busca-se averiguar possíveis desdobramentos da mudança no cenário petrolífero mundial para o Brasil, visto a importância geopolítica que a região adquiriu após a descoberta do pré-sal.

A partir das décadas de 1990 e 2000, descobertas de reservas petrolíferas nas costas africana e americana atraem atenção das grandes potências consumidoras para a região, o Atlântico Sul. O fato de a produção ser majoritariamente no Oceano Atlântico garante um fluxo quase ininterrupto do insumo energético, ao contrário de outras regiões onde as rotas passam por estreitos e territórios conflituosos (OLIVEIRA, 2007). Os Estados dessa área são caracterizados por instituições frágeis, instabilidade política e frotas militares pequenas e obsoletas, o que acarreta maior vulnerabilidade para esses países. Entretanto, ao menos na costa sul-americana, não se apresentam conflitos com a intensidade e frequência dos tradicionais produtores de petróleo no Oriente Médio. Essas condições despertam ainda mais o interesse dos centros consumidores.

Segundo Oliveira (2012), já em 2008, essa região abarcava mais da metade de todos os poços petrolíferos em águas profundas existentes no mundo, com o Brasil respondendo sozinho por mais de um quinto do total mundial, sendo o país com maior número de poços *offshore*. Na América do Sul, em geral, a produção *offshore* não é tão significativa devido à alta produção venezuelana no continente e em águas rasas. Em contrapartida, nos países da costa africana, a extração em águas profundas é dominante.

África, juntamente com América do Sul e Central, representa 15% das exportações mundiais. Os principais destinos do petróleo africano são Europa, China e Índia, enquanto que os da segunda região são Estados Unidos, China e Índia (BRITISH PETROLEUM – BP, 2015). Apesar da diferença entre os primeiros lugares, que pode ser explicada pela proximidade geográfica, ambos mantêm relações próximas com as grandes potências asiáticas, que configura como um dos maiores centros consumidores na atualidade.

Os principais consumidores do hidrocarboneto em 2013 continuavam sendo os Estados Unidos, responsável por aproximadamente 20% de todo o consumo mundial. A China<sup>18</sup>, que ocupa o segundo lugar, vem aumentando sua demanda e é previsto que ultrapasse os americanos na década de 2030. A partir desse período, os aumentos percentuais de demanda serão liderados pela Índia, que ocupava em 2013 a quarta posição entre os maiores consumidores (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA, 2014).

Esse aumento da demanda por parte de novos atores tem como consequência uma importância crescente dos mesmos na geopolítica do petróleo, nas tomadas de decisão e na influência sobre preços. A importação progressiva de China e Índia levam a aumento da produção em outras áreas que não somente o Oriente Médio, integrando diferentes regiões à cadeia de comércio do petróleo. Como exemplo dessa integração, a queda de 1,6% da produção de países da OPEP em 2014 foi mais do que balanceada pela alta de 2,35% de outras áreas, o que demonstra a crescente relevância de regiões fora do cartel (BP, 2015).

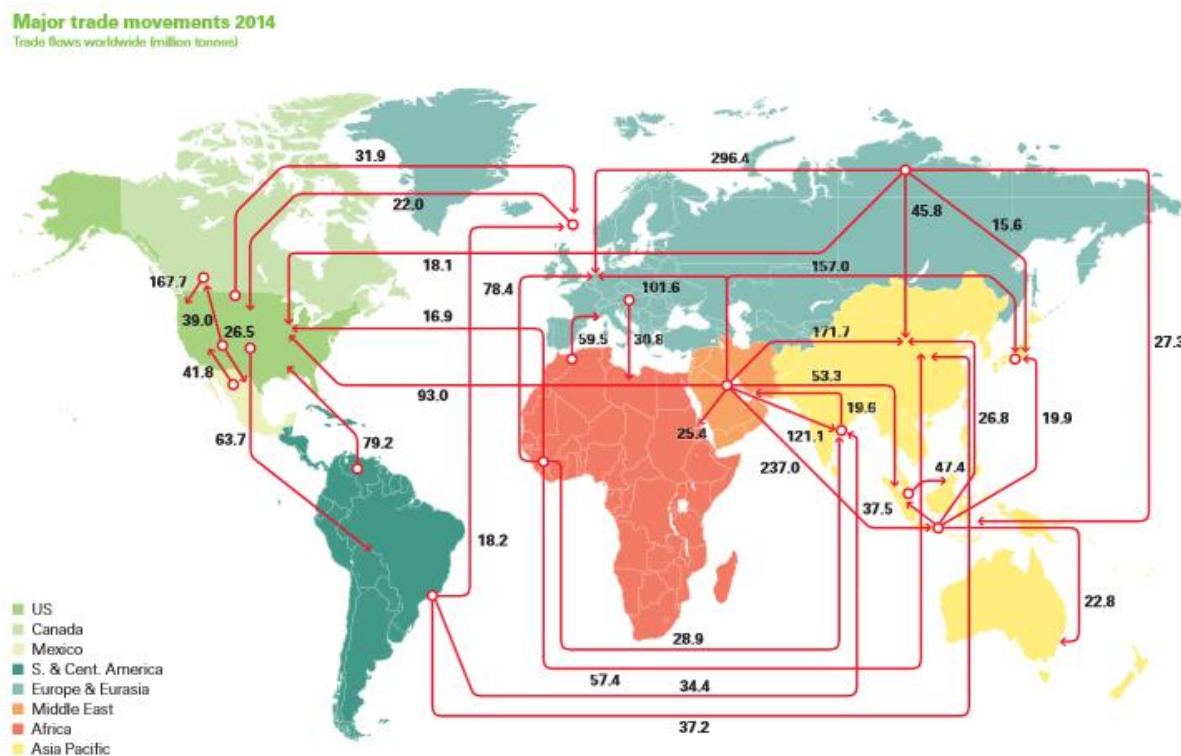
A África é um exemplo de quando os conflitos locais, regionais ou até globais se misturam com os energéticos (OLIVEIRA, 2007). As reservas petrolíferas descobertas no campo Girassol, em pleno *offshore* angolano, em 1996, trouxe o *offshore* atlântico, em particular o Golfo da Guiné, para a agenda petrolífera. O crescimento de 100% do volume das reservas provadas entre 1994 e 2013 na África (BP, 2015)<sup>19</sup> reforça esta posição. Além disso, no continente africano, entre 2009 e 2014, aproximadamente 30% das descobertas mundiais de óleo e gás foram feitas na África Subsaariana, principalmente na Nigéria e Angola (IEA, 2014), o que atrai atenção de potências como China e Índia, que passaram a ver o petróleo africano como estratégico para sua segurança energética.

---

<sup>18</sup> Segundo dados da ANP (BRASIL, 2014), a China ocupa a segunda posição entre os maiores consumidores do hidrocarboneto, o que corresponde a 11,8% do total mundial. O Brasil ocupa a sétima colocação (3,2% no ranking mundial), apesar de aumentar em 5,9% do seu consumo em 2013.

<sup>19</sup> No mesmo período, a produção da Nigéria aumentou aproximadamente 75%, enquanto que a produção angolana quadruplicou (BP, 2015).

FIGURA 1: Principais movimentos comerciais em 2014 – milhões de toneladas



Fonte: BP (2015, p. 19).

A infiltração de países asiáticos no continente africano foi arquitetada de forma a não somente extrair os recursos, mas também de promover investimentos estruturais nos países expressivos em produção petrolífera. Os Estados Unidos, por sua vez, constituíram em 2002 o *African Oil Policy Initiative Group* (Grupo de Iniciativa Política do Petróleo Africano). Dentre algumas propostas está a declaração do Golfo da Guiné como área de interesse vital para o governo americano, além de considerar garantir a importação norte-americana de energia através do poder militar. Percebe-se, assim, que há possibilidade de aumento da militarização em zonas petrolíferas.

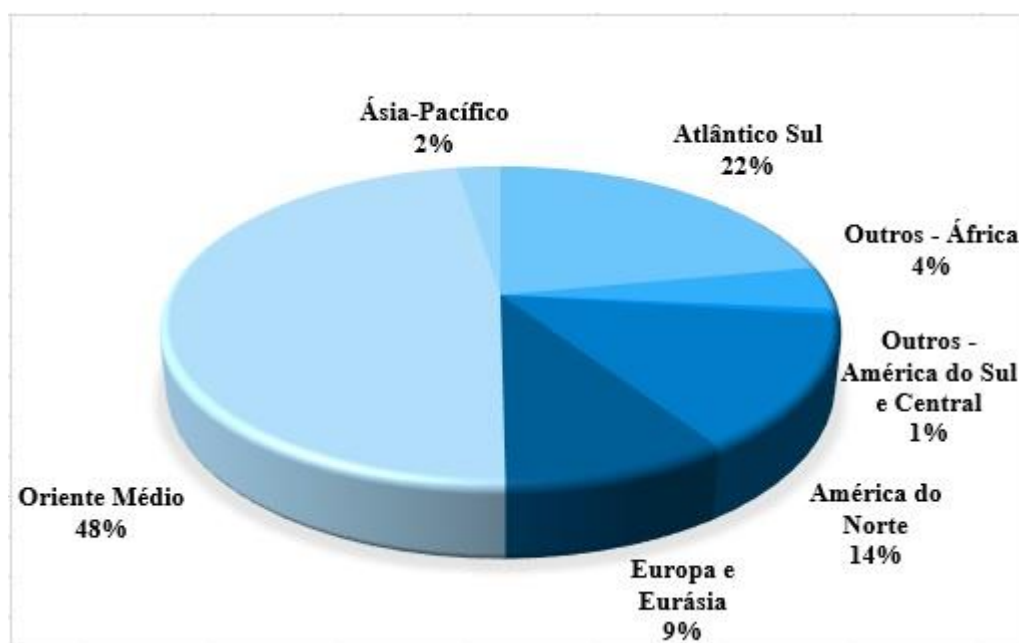
No continente africano, essas descobertas foram seguidas de instabilidade política, e os países costeiros sofreram guerras civis que iam – e vão – desde separatismo a terrorismo (OLIVEIRA, 2012). Desse modo, o conhecimento do contexto africano, especialmente em relação às suas reservas petrolíferas do Atlântico, é relevante para o Brasil, uma vez que há um risco para a situação brasileira causado pelo aumento de conflitos no continente, com a possibilidade de envolvimento de potências globais<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Segundo o governo norte-americano (UNITED STATES-US, 2009), a reativação da IV Frota americana com os objetivos de defender os interesses americanos nas áreas de foco, ajudar no desenvolvimento de uma força militar moderna nas nações amigas, e de combate ao narcotráfico pode ser uma ameaça à Amazônia Azul brasileira

Ressalta-se que esta área é considerada por estrategistas brasileiros como a mais importante para o país depois da América do Sul, ou seja, é vital para que o país possa planejar sua estratégia de inserção internacional (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Por outro lado, o crescimento da produção nas Américas nos últimos anos foi liderado pelo petróleo de xisto estadunidense e de areia betuminosa no Canadá. O pré-sal veio a se somar a essas outras descobertas. Segundo Schutte (2013), as novas reservas podem produzir o equivalente a todo o petróleo já produzido pela estatal Petrobras desde a sua criação em 1953, indicando o potencial dessa área de iniciar um novo ciclo de desenvolvimento que iria além da superação da dependência energética.

GRÁFICO 1: Reservas provadas de petróleo - 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de BP (2015).

Responsável pelo aumento das reservas provadas brasileiras, a Petrobras ocupa o primeiro lugar na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, com 22% de participação na produção mundial em tal profundidade. Além disso, é a empresa com maior número de plataformas de produção àquelas profundidades. Em 2011, 89,5% da produção da Petrobras no Brasil vieram de campos no mar. A Petrobras detém a liderança na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, além de o mercado brasileiro ser um dos

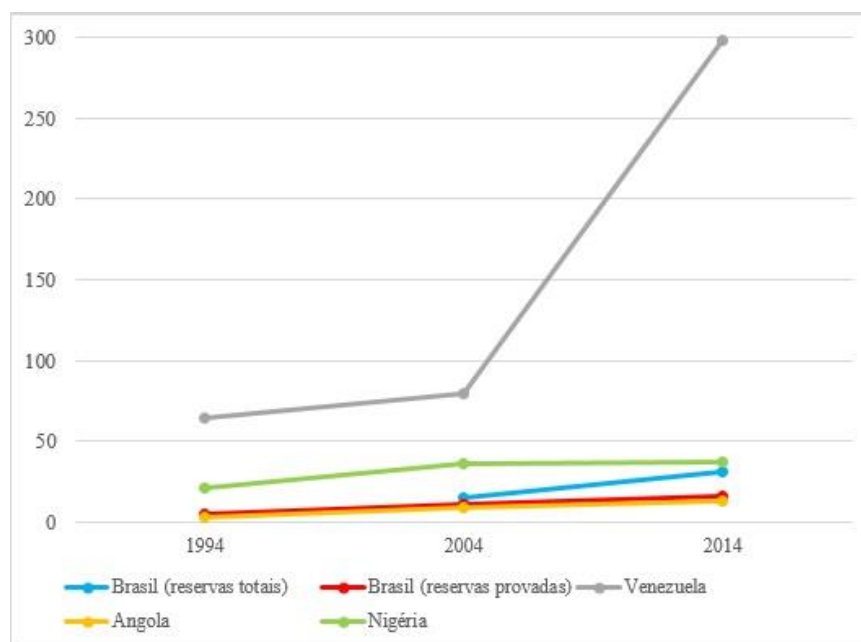
---

e aos interesses brasileiros, uma vez que a “Área de Responsabilidade” da IV Frota margeia justamente os limites da soberania brasileira sobre o pré-sal.

principais polos da tecnologia de informação sísmica. A produção total da companhia no país representou, em 2011, 2,4% da produção total mundial (MORAIS, 2013).

Ao analisar a América do Sul e Central, suas reservas de petróleo somaram 329,6 bilhões de barris (19,5% do total mundial) em 2014, e a Venezuela seguiu como detentora do maior volume de reservas petrolíferas, com 298,3 bilhões de barris (17,7% do total mundial), após ter ultrapassado a Arábia Saudita em 2010 (BRASIL, 2014). Por isso, o papel da Venezuela nos planos energéticos estadunidenses é considerado vital, uma vez que possui grandes reservas de petróleo convencional, e porque abrange uma grande quantidade do chamado petróleo pesado (KLARE, 2006). O Brasil se insere também como relevante em aprovisionamento desse tipo de petróleo. Se for levado em consideração o potencial do pré-sal, as reservas brasileiras podem passar para 80 bilhões de barris, alcançando o grupo dos dez maiores produtores de petróleo (PRIoux; MUXAGATO, 2011). Atualmente o país ocupa a 15ª posição no ranking mundial de reservas provadas de petróleo, com um volume de 15,6 bilhões de barris.

GRÁFICO 2: Reservas provadas de petróleo em bilhões de barris



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de BP (2015).

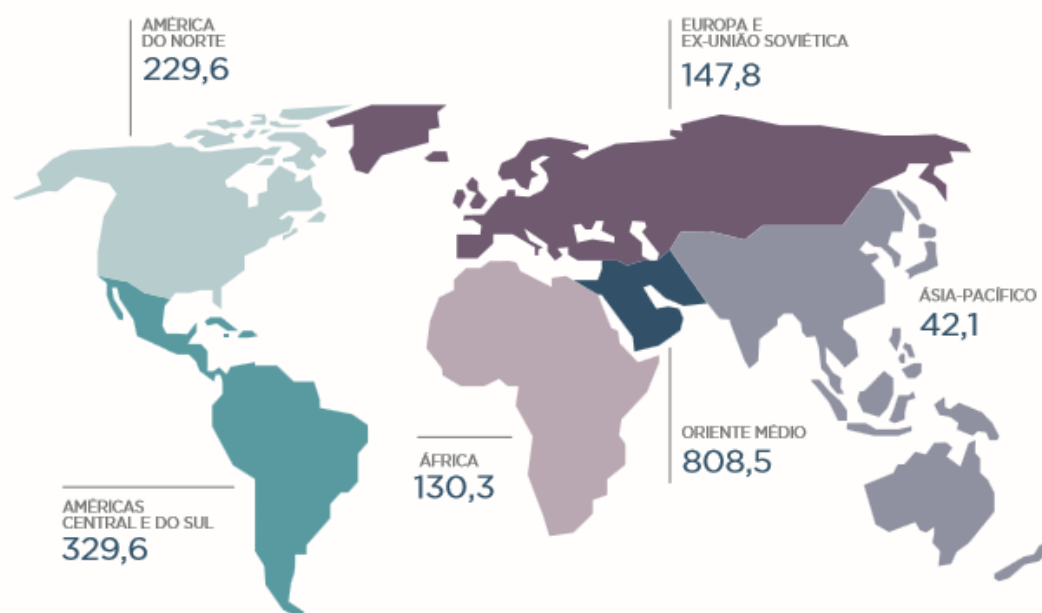
Outrossim, de 2004 a 2013, o subcontinente foi responsável pelo maior acréscimo das reservas provadas de petróleo, com aumento aproximado de 220%<sup>21</sup>. Segundo dados da ANP

<sup>21</sup> As reservas passaram de 103,4 bilhões de barris em 2004 para 329,6 bilhões em 2013, segundo dados da ANP (BRASIL, 2014).

(BRASIL, 2014), esse aumento foi impulsionado principalmente pelo aumento de reservas na Venezuela, que cresceram mais de 270%, seguida de Equador (aproximadamente 65%), Colômbia (45%) e Brasil (35%).

A maior inserção desses países no novo cenário mundial é reflexo de todas essas descobertas. Sendo assim, ao considerar o Atlântico Sul como área produtora, já ultrapassou regiões antes consideradas como as mais importantes na produção mundial desse hidrocarboneto, como o Mar do Norte, representando aproximadamente um quinto da produção petrolífera global (OLIVEIRA, 2007). É a segunda região com mais reservas, atrás apenas do Oriente Médio. Ademais, ao analisar os principais países produtores do Atlântico Sul<sup>22</sup> em 2014, sua produção foi de 11.667 mil barris por dia (BP, 2015). Portanto, com fins de comparação, se a região fosse considerada um país, teria a maior produção mundial, superando a Arábia Saudita (11.505 mil barris por dia). Dessa maneira, é uma área cada vez mais relevante no fornecimento desse insumo energético para os grandes centros consumidores.

FIGURA 2: Reservas provadas de petróleo em 2013 – bilhões de barris



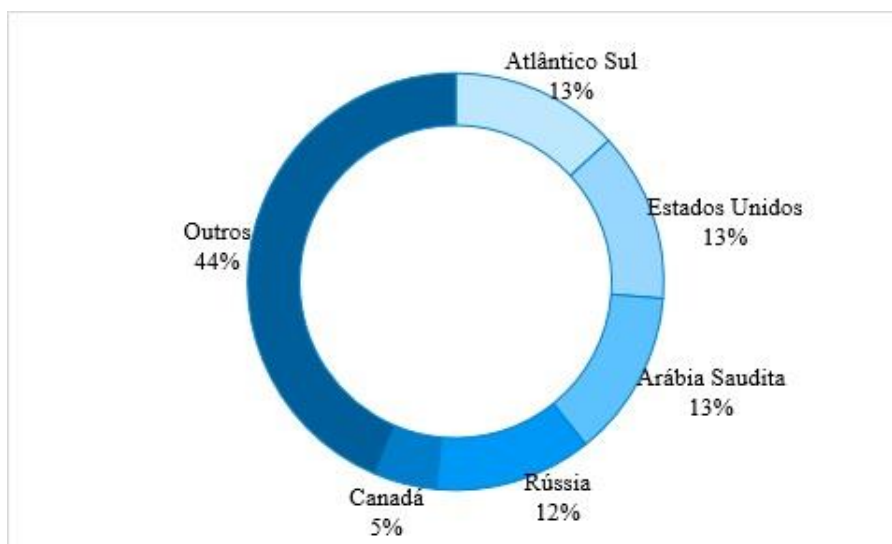
Fonte: BRASIL (2014, p. 28).

Todavia, tais nações sofrem com os interesses de outras potências, e a história mostra que nações fragilizadas institucional e politicamente e com recursos energéticos abundantes

<sup>22</sup> Angola, Argentina, Brasil, Colômbia, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria, Trinidad & Tobago e Venezuela.

não possuem capacidade de se defender contra uma intervenção armada (OLIVEIRA, 2012)<sup>23</sup>. Assim, a visão realista das relações internacionais continua a prevalecer, uma vez que as potências mundiais buscam impor suas vontades, por meio da coerção e ameaça do uso da força.

GRÁFICO 3: Maiores produtores mundiais de petróleo - 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de BP (2015).

Portanto, faz-se necessário que as nações do Atlântico Sul estejam preparadas para possíveis conflitos no futuro. Apesar de esses conflitos não representarem uma ameaça iminente, não se pode prever a situação internacional a longo prazo. Dessa maneira, algumas políticas são necessárias, como a formação de um Centro de Decisão Energética – “a capacidade de planejamento e decisão da construção e do uso da infraestrutura logístico energética e produtiva” (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

Segundo Oliveira (2012), a internalização desse Centro de Decisão Energética é essencial na medida em que o país se torna capaz de desenvolver as próprias estratégias e de tomar decisões com base em seus próprios interesses. Enquanto esse centro se encontrar fora do país, ele terá que acatar decisões que não necessariamente são compatíveis com seus objetivos de desenvolvimento doméstico e projeção internacional. Em suma, o Centro de Decisão Energética é a capacidade de implementar suas próprias ações sem depender de decisões externas.

<sup>23</sup> Uma discussão importante em relação a este tema é a da doença holandesa e a “maldição dos recursos naturais”. Entretanto, o trabalho caminha em outra direção, sendo este tema passível de futuras pesquisas.



A defesa da riqueza marítima brasileira pode ser realizada através da força militar e planejamento de segurança. Para analisar as ameaças ao pré-sal e conseguir diminuir a vulnerabilidade nacional, é fundamental que haja um planejamento da estratégia de defesa nacional, como a modernização das forças armadas brasileiras (OLIVEIRA, 2012). Principalmente desde a década de 1990, a política externa priorizou a imagem de país pacífico. Isso levou à desmilitarização do país e originou debilidades estruturais preocupantes no contexto em que vivemos, de securitização internacional e militarização das zonas petrolíferas, dificultando a internalização das decisões de política energética.

A Amazônia Azul<sup>24</sup> explicita que o Brasil não é apenas uma potência territorial, mas também marítima, em termos de recursos e, conseqüentemente, necessita o ser em termos militares também, de modo a dissuadir a cobiça internacional, que vai desde a pressão exercida por empresas americanas sobre o Leilão do Campo de Libras ao apoio à volta do regime de concessão. Assim, acordos para compra de submarinos e porta aviões buscam o aumento do controle do mar e do monitoramento da área.

Em 2008, a Estratégia de Defesa Nacional reconhece a necessidade do reposicionamento das Forças Armadas para áreas estratégicas, de estimular a integração regional e de desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas.

Diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas Forças Armadas deverão estar prontos para tomar medidas de resguardo do território, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacionais. (...) A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima (...). A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias: (a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas [...] (BRASIL, 2008, p. 17 – 20).

Além disso, pode-se questionar a legitimidade brasileira sobre a totalidade das reservas. O pré-sal encontra-se dentro dos limites da Zona Econômica Exclusiva (ZEE); no entanto, há possibilidade de se estender para além da ZEE, podendo ser fonte de controvérsias no futuro e prejudicar a exploração nacional na área (MARRONI, 2013; MARTINS, 2010). Assim, em 2004, o país reivindicou a extensão de seus direitos sobre a plataforma continental, de acordo com o estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (1982). Em 2009,

---

<sup>24</sup> A Amazônia Azul é a porção do Atlântico Sul pertencente ao Brasil. O termo foi cunhado em referência à Floresta Amazônica, de modo a trazer conscientização em relação a seu tamanho e sua riqueza, tanto mineral quanto biológica. Além disso, a região é de imensa importância econômica para o Brasil, pois nela transitam cerca de 95% de todo o comércio internacional brasileiro (PENNA FILHO, 2015b).

a Organização das Nações Unidas (ONU) acatou 75% do pedido brasileiro e 25% permanecem em litígio. Apesar disso, o país decretou unilateralmente que, enquanto o pedido não é aceito inteiramente pela ONU, ele resguarda o direito de autorizar pesquisas nessa região. Busca, por esta via, proteger as reservas de apropriação por meios legais.

Destarte, respaldar-se em tratados internacionais que regulamentam o direito marítimo deve ser apenas um dos vários meios de defesa dos recursos energéticos nacionais. Quando grandes reservas de petróleo estão envolvidas, poder, barganha, diminuição de dependência externa, segurança energética, melhora de dados econômicos e de indicadores sociais, entre outros, também estão. Porquanto, faz-se necessária uma política externa e de defesa assertiva, de modo a tentar dissuadir o inimigo e a se defender de possíveis ataques. A política externa é uma via de poder brando importante, uma vez que pode evitar a invasão de outros países a seu território, através de meios diplomáticos. Esse assunto será aprofundado no segundo capítulo deste trabalho.

Por fim, na conjuntura atual de queda de preços por excesso de oferta, a produção de petróleo em áreas mais custosas como o *offshore* atlântico pode ser prejudicada. Desse modo, impõe-se um novo desafio para os países dessa região, uma vez que o valor do barril de petróleo aproxima-se do mínimo necessário a uma exploração economicamente viável. Somado a isso, o aumento da produção estadunidense, juntamente com o acordo firmado entre os governos americano e iraniano, pode afetar ainda mais os preços, inviabilizando a extração do pré-sal e de outras reservas *offshore*.

Sem dúvida, o pré-sal pode vir a trazer grandes vantagens econômicas, sociais, políticas, diplomáticas e militares. Entretanto, os desafios que o acompanham, e que são consequências da maioria das descobertas petrolíferas em países em desenvolvimento, são igualmente relevantes. O risco de uma guerra por petróleo no Atlântico Sul é pequeno num futuro próximo. Contudo, sabe-se que o petróleo é um recurso energético cobiçado, pela sua concentração. A possível expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a região, a atuação francesa e a presença britânica, a disputa com novos atores e os focos de instabilidade na costa africana (por exemplo, no litoral da Nigéria e de Guiné Equatorial) são ameaças que se projetam nessa área, algumas mais distantes, outras mais reais (PENNA FILHO, 2015b).

Os desafios se impõem principalmente devido às condições estruturais das nações sul-atlânticas; algumas ainda não atingiram meio século de independência, e a maioria é composta por democracias frágeis, instituições falhas e forças armadas debilitadas, tornando porosa a proteção dessa riqueza energética. Portanto, não são desafios fáceis de serem superados. Os

mecanismos de integração são necessários para evitar uma projeção estrangeira sobre seus recursos de direito, além de reduzirem os custos domésticos de cada país. A cooperação internacional é importante para sanar debilidades internas que impede que, sozinhos, possam arcar com os custos de segurança. Promove-se, assim, uma divisão dos custos de uma adversidade que, se vier a atingir um país, poderá se estender aos demais. Logo, na medida em que o petróleo é um recurso finito e que move as relações internacionais, a superação desses desafios deve ser prioridade nas políticas nacionais.

Logo, neste capítulo buscou-se fornecer as bases para demonstrar a importância geopolítica do petróleo e o caráter estratégico que grandes áreas produtoras adquirem. Além disso, apresentou dados sobre uma mudança no cenário petrolífero mundial, uma vez que novos atores são inseridos. Dentre eles, os Estados do Atlântico Sul, com um acréscimo substancial das reservas, principalmente das venezuelanas, brasileiras, nigerianas e angolanas. Em relação à importância do Brasil, esta tende a crescer, uma vez que se estima o pré-sal em 80 bilhões de barris de petróleo, cinco vezes maior do que as reservas provadas atuais. O próximo capítulo tratará da importância da Política Externa Brasileira para a manutenção desta riqueza, os mecanismos dos quais se utiliza para garantir a segurança desse recurso energético, e como ela enfrenta a dualidade do Brasil, ao mesmo tempo importador e exportador de petróleo.

### **3 POLÍTICA EXTERNA: O REFLEXO DA DUALIDADE BRASILEIRA**

Este capítulo é dedicado ao estudo da Política Externa Brasileira (PEB) e sua relação com a segurança energética do país. Foram analisados os fluxos comerciais de petróleo, identificando os principais parceiros do Brasil no fornecimento de petróleo importado e na compra de petróleo nacional. Para isso, verificaram-se as parcerias estratégicas e a presença de mecanismos de integração de modo a averiguar a efetividade da PEB dentro da dualidade brasileira de país importador e exportador. Ou seja, se a PEB garante o abastecimento desse recurso energético, fornecendo ao país plena capacidade para seu desenvolvimento nacional.

Na primeira parte do capítulo, é abordado o lado importador brasileiro, que data desde o fim do século XIX, e a necessidade de obtenção de petróleo até os dias atuais. A segunda parte trata do Brasil como país exportador e possível fornecedor do hidrocarboneto para o mundo, papel que se tornou possível a partir da descoberta do pré-sal, em 2006, e de sua exploração, perdurando até hoje. Entretanto, é necessário caracterizar a PEB do período estudado e situá-la em relação aos governos e diretrizes precedentes, desde a Política Externa Independente da década de 1960 à “autonomia pela participação” de Fernando Henrique Cardoso e Celso Lafer, para entender como a diplomacia brasileira de Lula e Amorim lida com o provisionamento de petróleo importado e securitização do petróleo nacional. Para tanto, será feita uma breve recapitulação das políticas exteriores das décadas de 1960 até 2000.

A Política Externa Independente, formulada durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, proporcionou uma mudança na visão de relações internacionais vigente. A vontade de autonomia diplomática já havia sido discutida antes, no entanto, a PEI defendia a soberania e os interesses nacionais mesmo que estes fossem contra a posição da potência hegemônica. Ocorreu, portanto, um distanciamento dos países centrais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Esta posição se repetiu durante a década de 1970 no governo Geisel, conhecida como Pragmatismo Responsável. Houve uma deterioração das relações com os Estados Unidos e, por conseguinte, uma aproximação maior com a Europa, inclusive a Oriental (LESSA, 2010). Procurou também estender suas relações ao Sul, respondendo à conjuntura vigente de choques do petróleo, de dependência do Oriente Médio, e de busca por um desenvolvimento nacional. Foi importante para diversificar as parcerias estrangeiras, ganhar autonomia e fortalecer as

relações com o Sul, delimitando uma política externa para o “Terceiro Mundo”. No entanto, apesar de procurar novos parceiros na África, Oriente Médio e China, a política externa não se alinhou totalmente aos países do Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A década de 1980 foi marcada pela “autonomia pela distância”, continuando o não alinhamento automático com as instituições internacionais e interesses dos países desenvolvidos, especialmente americano. Defendeu também um desenvolvimento nacional voltado para dentro, para o mercado interno, ocasionalmente se voltando contra as agendas dos centros de poder (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A política externa da década de 1990 foi marcada pela adesão ao liberalismo, aos mecanismos multilaterais e ao direito internacional, e pela integração regional, materializada no Mercosul. Embora caracterizada como “autonomia pela participação”, não envolveu grandes articulações e coalizões como a que a sucederia (SILVA, 2015). Dessa maneira, destoava-se da anterior por se aproximar mais dos centros de poder, com o objetivo de que o engajamento aos regimes internacionais propiciasse ao Brasil um lugar na formulação das regras que regeriam o sistema internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Reconhecendo a realidade da forte assimetria de poder no sistema internacional, privilegiou-se a negociação direta com países centrais, sem a busca prévia e sistemática de alianças do Sul. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 300).

Sendo assim, a globalização seria o motivo pelo qual não poderia mais se manter a distância dos polos de poder como antes, uma vez que a interdependência era cada vez mais significativa, e a autonomia só poderia ser atingida através de maior participação em mecanismos multilaterais. Destarte, a PEB deste período deu preferência às relações com as potências centrais, principalmente União Europeia e Estados Unidos, reduzindo a relação com o Sul principalmente ao comércio (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Por esta razão [globalização], tornou-se inoperante o desenvolvimento no relativo distanciamento de uma inserção na economia mundial gerido pelo Estado, anteriormente viabilizado pela escala continental do país e operado pela lógica do “nacionalismo de fins”. [...] se antes o país construiu, com razoável sucesso, a autonomia possível pelo relativo distanciamento em relação ao mundo, na virada do século esta autonomia possível, necessária para o desenvolvimento, só pode ser construída pela participação ativa na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial (LAFER, 2000, p. 263).

A diplomacia durante o mandato de Lula usou de elementos dos períodos anteriores, adequando-se à nova conjuntura e à visão de relações internacionais do novo presidente.

Portanto, há certas similaridades entre a política externa desenvolvida por Luiz Inácio Lula da Silva e Celso Amorim com aquelas que o precederam, provocando uma continuidade da política exterior, característica brasileira.

Desse modo, alguns pontos em comum são o multilateralismo, a vocação globalista, a diversificação de parcerias, a diminuição da vulnerabilidade externa e das assimetrias, a afirmação da autonomia, a aproximação com o Sul e a integração regional, apesar desses pontos serem executados de modo muito mais aprofundado pela chancelaria dos anos 2003-2010. A “autonomia pela diversificação” previa alianças duradouras com os países em desenvolvimento, acordos com parceiros não-tradicionais, de modo a diminuir assimetrias do sistema internacional e aumentar a capacidade de barganha dos países periféricos, assumindo certo protagonismo e liderança. Mesmo assim, não menosprezou as relações com EUA e Europa (SILVA, 2014; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; XAVIER, 2012).

Contudo, não se pode afirmar que a PEB do governo Lula foi um simples retorno às políticas da década de 1970. Isso porque a principal característica da diplomacia dos anos 2000 foi a centralidade das relações e parcerias Sul-Sul. Essa questão, segundo Amorim, “faz parte de um certo ecumenismo que sempre foi decantado pela política brasileira, mas não foi praticado” (BRASIL. Ministro. 2005, p. 443). Ainda, a manutenção do diálogo e das relações econômicas com o governo americano, provocada pela crescente interdependência mundial, difere esta política daquela de Geisel e da autonomia pela distância (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Assim, as mudanças no Governo Lula foram o maior engajamento com o multilateralismo; o fortalecimento das relações bilaterais, especialmente aquelas com os países em desenvolvimento; e a maior presença diplomática brasileira no exterior, sendo porta-voz dos países da periferia do sistema. De acordo com o então Presidente,

No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. [...] A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida. [...] Procuraremos os Estados Unidos da América para uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como com outros países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. [...] Visamos [...] estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea (BRASIL. Presidente. 2003a, p. 17 e 18).

Por fim, em relação aos recursos energéticos, é evidente que a política externa de Lula se ateve à promoção dos biocombustíveis, principalmente devido ao seu poder de abrangência. Enquanto poucos países exportavam petróleo, a grande totalidade dos países poderia produzir etanol e biodiesel. Assim, muitos encontros presidenciais giravam em torno dessa política, da qual Lula destacava seu potencial para gerar emprego, preservar o meio ambiente, diminuir a dependência de importações de fontes de energia, diversificar a matriz energética, promover segurança energética e oportunidades comerciais. Mesmo após a descoberta do pré-sal em 2006, a diplomacia brasileira continuou a divulgar a experiência brasileira com os biocombustíveis como meio de formar parcerias e transferir tecnologia. Apesar disso, o petróleo é uma necessidade para o desenvolvimento nacional, tanto a sua importação quanto, mais recentemente, sua exportação. Assim, embora não frequente nos discursos e declarações presidenciais e ministeriais, as parcerias comerciais e securitárias para garantir o fornecimento e a exploração do recurso estão presentes na PEB do período estudado, como abordado a seguir.

### **3.1 BRASIL IMPORTADOR: GARANTIA DE FORNECIMENTO**

A descoberta de jazidas de petróleo e do pré-sal se deu depois de décadas de tentativas e pesquisas. A procura por reservas petrolíferas começou com particulares na década de 1860, mas a primeira descoberta foi apenas em 1939. Entretanto, até a década de 1970, o volume de petróleo encontrado não era suficiente para fazer parar o crescimento das importações e da consequente dependência brasileira desse insumo. Apenas com a descoberta da Bacia de Campos houve esperança de autossuficiência brasileira na produção (MORAIS, 2013).

A trajetória brasileira na exploração de petróleo se deu em cinco fases históricas, segundo José Mauro de Moraes (2013). A primeira, iniciada em 1864, foi engajada exclusivamente por pequenos exploradores particulares que obtiveram o aval do governo imperial para a busca de petróleo. Contudo, não foram feitas descobertas relevantes.

A segunda fase (1919 a 1939) teve como principal objetivo comprovar a existência de petróleo em território nacional, uma vez que vários países da América Latina já haviam encontrado petróleo. O governo federal decidiu participar das explorações, de modo a evitar uma dependência completa de combustíveis importados. Em 1939 foi descoberta a primeira jazida na Bahia (MORAIS, 2013).

A terceira fase (1940-1973) foi caracterizada pela busca por mais poços petrolíferos. A criação da Petrobras, em 1953, veio com o comprometimento em resolver o problema da

dependência brasileira. Houve descobertas importantes, mas sem perspectiva de diminuir as importações, deixando a Petrobras por quase meio século apenas como importadora do insumo. Assim, as perfurações foram deslocadas para o mar (MORAIS, 2013). Em 1997, foi sancionada a nova Lei do Petróleo, a qual instaurava o regime de concessão. Embora preservasse a propriedade dos depósitos de hidrocarboneto à União, a Petrobras perdeu o monopólio sobre a exploração e o refino do petróleo brasileiro (LANDAU, 2008).

Em 1974, decorrente de explorações na Bacia de Campos, foi encontrado petróleo na região, provocando uma fase de crescimento substancial das reservas brasileiras. A partir de 2006, atinge-se a autossuficiência em petróleo, que será melhor abordada na segunda parte deste capítulo. A quinta e última fase iniciou-se em 2006 e perdura até hoje, com as descobertas do pré-sal, e objetiva garantir o abastecimento do mercado interno (MORAIS, 2013).

A determinação em reduzir a dependência de petróleo importado e de conquistar uma autossuficiência brasileira foram os grandes motivos para a insistente busca por jazidas comercializáveis. Nas palavras do presidente Lula,

Poucas empresas representam tanto o esforço de desenvolvimento do Brasil. Ela nasceu em uma época marcada pela afirmação da independência nacional, pela luta para construir em nosso país uma base industrial sólida e potente. Ela está ajudando o Brasil a se tornar não apenas auto-suficiente na produção de um combustível vital para o seu desenvolvimento soberano e sustentável. É, hoje, uma das maiores empresas do mundo no setor de extração do petróleo. Desenvolve tecnologia própria e experiência reconhecida em áreas específicas, como a da exploração de petróleo em plataformas marítimas (BRASIL. Presidente, 2004a, p. 115).

Observa-se que a história do Brasil como país autossuficiente e exportador é muito recente, tendo uma década de vida. A primeira parte deste capítulo analisa a Política Externa Brasileira (PEB) como meio para garantir o fornecimento de petróleo para o país e a segunda parte analisa esta história mais recente, de um país que pode vir a ser um grande supridor das necessidades energéticas internacionais.

A política externa do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi caracterizada pela autonomia pela diversificação. Assim, as parcerias tradicionais com Estados Unidos e Europa foram mantidas, mas as relações com nações similares, em desenvolvimento, a busca por novos parceiros e a integração regional foram centrais. A estabilização, integração e prosperidade da América do Sul e a aproximação com a África e o aumento de trocas comerciais se tornaram prioridades na nova Política Externa Brasileira, que apesar de não causar uma ruptura com os valores base da diplomacia do Brasil, apresenta um novo modelo de inserção internacional para o país (SILVA, 2015).



Sendo assim, a PEB deveria cumprir seu papel como instrumento de desenvolvimento nacional e buscar a redução da vulnerabilidade externa, evidenciado nos discursos de posse de Lula e Amorim (BRASIL. Presidente. 2003a; BRASIL. Ministro. 2003a). Neste cenário, empresas brasileiras expandiram sua presença nos continentes americano e africano, como resultado de negociações entre os corpos diplomáticos e chefes de Estado. Embrapa, Vale do Rio Doce, diversas construtoras e a Petrobras partiram em busca de mercado, de parcerias para exploração de recursos naturais, de construção de infraestrutura, de melhoria do sistema de educação e de cooperação militar.

Não podemos ignorar essa circunstância de que, do outro lado do Atlântico, temos uma área que nos interessa, por suas riquezas minerais, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista comercial, não só pelo que nós compramos ou podemos comprar ou até participar na exploração, como é o caso do petróleo e outras riquezas minerais, mas como mercado (BRASIL. Ministro. 2006a, p. 30).

Durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), o Brasil caminhava para a autossuficiência, entretanto, as importações ainda superavam as exportações e as reservas de petróleo não eram suficientes para que o país pudesse se posicionar no mercado internacional como fornecedor desse recurso energético. Por isto, e tomando como premissa seu discurso de redução de assimetrias, Lula e a chancelaria brasileira promoveram o que ficou conhecido como “diplomacia do etanol”. O Brasil passou a se utilizar de sua experiência na produção de etanol e outros biocombustíveis para formar parcerias, transferir tecnologia e se inserir internacionalmente como líder em fontes alternativas. Passou assim a promover constantemente em seus discursos e reuniões as vantagens desses combustíveis para a melhor inserção de países em desenvolvimento que ficavam reféns da importação de petróleo.

Assim, foi criada em 2008 a subsidiária Petrobras Biocombustível, atuando na produção de etanol e biodiesel. A agricultura familiar de mamona, soja, girassol e palma de óleo é incentivada, principalmente para a produção de biodiesel. Isso vai ao encontro das políticas sociais do governo petista de diminuição da pobreza, além de integrar parte da sociedade na cadeia produtiva de combustíveis. Em relação ao etanol, o país utiliza de sua posição como maior produtor de cana-de-açúcar no mundo (um terço da colheita desta planta é feito no Brasil) para a produção deste biocombustível (PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL, [s.d.]). A tentativa de liderança na produção do “combustível do futuro” levou países como a Índia a se inspirarem no programa brasileiro de modo a reduzir suas importações de petróleo (BRASIL. Ministro. 2003b).

Esse foi o carro-chefe da diplomacia de Lula durante seu primeiro mandato, no qual proclamava que mais de cem países no mundo poderiam “plantar petróleo”, enquanto apenas vinte eram responsáveis por exportar o combustível fóssil. O petróleo quase não aparece nos seus discursos, em contraste com o etanol e bicombustíveis. Desse modo, percebe-se que o papel da PEB em relação ao petróleo não era prioritário. Figurava-se nos bastidores, de modo apenas a suprir as demandas brasileiras.

[...] ao mesmo tempo em que se prepara para atingir, em breve, a tão sonhada auto-suficiência em petróleo, o Brasil torna-se pioneiro na produção de uma alternativa energética menos poluente. Fortemente vinculado à agricultura familiar, o biodiesel é mais um exemplo de como a economia e a conquista de direitos sociais estão andando de braços dados no Brasil de hoje (BRASIL. Presidente. 2006, p. 62).

Embora não fizesse parte do discurso principal, o petróleo passou a ser relevantes na formulação de parcerias estratégicas como meio de suprir as necessidades energéticas. Parcerias estratégicas podem ser definidas como relações bilaterais em níveis profundos, com interações políticas, econômicas e socioculturais influentes e consideráveis para o desenvolvimento nacional de ambos os países e para a inserção internacional dos mesmos. É sinônimo de relações importantes e necessárias, duradouras, com efeitos sentidos a longo prazo (SILVA, 2015; LESSA, 2010). Elas podem ser medidas pela intensidade dos fluxos comerciais e de investimento, da presença de canais institucionalizados de diálogo político, da confluência de interesses em plano multilateral, do potencial para cooperação científica, tecnológica e militar, e demais ações que meçam o grau de convergência entre as políticas e economias dos dois países. Ou seja, que tragam capacitação em várias esferas (SILVA, 2015; LESSA, 2010).

Dentre essas parcerias, uma das mais significantes é com a China, principal parceiro comercial brasileiro. A Petrobras e a estatal chinesa, SINOPEC, com objetivos de consolidar a parceria estratégica entre ambos, que data de meados da década de 1990, firmaram parceria para exploração conjunta de petróleo em águas profundas, exploração do produto em mercados terceiros e troca de *know-how* em tecnologia de processamento do xisto (BRASIL. Presidente. 2004b; SILVA, 2015). As maiores parcerias com a China estão no âmbito da exportação de petróleo brasileiro, no qual as relações comerciais energéticas são fortalecidas. Essa perspectiva será analisada na segunda parte deste capítulo.

A Rússia é um país central na geopolítica energética mundial, devido a suas reservas em peso de combustíveis fósseis, principalmente gás natural e seu papel central em fornecimento

para a Europa (um dos grandes polos econômicos e de poder). A parceria estratégica entre Brasil e Rússia foi firmada em 2002, e a cooperação energética é um dos pilares desta parceria (SILVA, 2015). Há firmado uma parceria de transferência de tecnologia russa para o Brasil visando mapeamento de regiões com potencial para presença de petróleo (BRASIL. Presidente. 2004c).

Outro país com o qual foram firmados acordos de cooperação e foram mantidos diálogos com vistas a um intercâmbio futuro foi Angola. Em 2007, foi assinado um acordo de fornecimento de petróleo, no qual a Angola se comprometeria a manter o fluxo financeiro relativo ao fornecimento anual de vinte mil barris/dia de petróleo. Além disso, houve participação da Petrobras e da ANP em levantamento de dados em bacias terrestres de produção no setor petrolífero, entre outros projetos de cooperação técnica na área de energia (BRASIL. Presidente. 2003b). Angola passou a configurar como parceria estratégica para o Brasil a partir de 2010, sendo um dos campos de cooperação o energético. Ademais, a Petrobras explora o petróleo angolano juntamente com a Sonangol, estatal angolana. A partir de 2013, a exploração e produção no país e em outras áreas do continente se dá em *joint venture* com o banco BTG Pactual.

Silva (2015) e Lessa (2010) apontam ainda para a vulgarização dessa expressão, reduzida a qualquer formulação de projetos político-econômicos. Isso é evidenciado a exemplo de parcerias não tão expressivas e recentes já serem caracterizadas como estratégicas, e a não-inclusão de relações longínquas e importantes para o desenvolvimento brasileiro, como no caso da Nigéria, principal fornecedor de petróleo para o Brasil e, por consequência, o principal parceiro comercial brasileiro na África. Em 2009, o Brasil era o segundo maior importador de produtos nigerianos no mundo, e a produção da estatal brasileira naquele país já era a segunda mais importante da empresa no exterior (BRASIL. Presidente. 2009a; idem, 2009b). Desde 2003 até 2014, quase 50% do petróleo importado pelo Brasil teve origem nigeriana. Só em 2014, esse valor chegou a 54% (BRASIL, 2003-2014b). Entretanto, apesar da relevância que este país possui para o Brasil e para sua segurança energética, não é considerado como um parceiro estratégico para o Itamaraty. O mesmo acontece com a Arábia Saudita, segundo maior fornecedor.

Há países em que o Brasil não mantém laços comerciais fortes no setor petrolífero, porém são considerados parcerias estratégicas para o Brasil. É o caso da Venezuela e da Turquia. A Venezuela é considerada importante pelo Brasil em reconhecimento do seu potencial petrolífero, do seu peso geopolítico e das suas grandes bacias de gás. A Venezuela,

como já visto, possui a maior reserva de petróleo do mundo, além de fazer parte do cartel que controla os preços dessa commodity. Devido a isto, a manutenção de relações com esse país no setor energético é fundamental para o Brasil, e os potenciais de cooperação são ainda maiores uma vez que fazem fronteira. Com isso em vista, a parceria estratégica entre ambos foi estabelecida em 2005 (SILVA, 2015).

Todavia, de 2003 a 2014, a Venezuela foi responsável por menos de 0,1% do abastecimento brasileiro, sendo que em 2014 não se efetuaram importações do petróleo do país vizinho (BRASIL, 2013-2014b). Isso pode se dar, dentre outras coisas, devido ao petróleo de ambos ser de qualidade parecida, um petróleo “pesado”, e, conseqüentemente, não ser compatível com o tipo de petróleo que o Brasil importa. Desse modo, a cooperação tem que se dar em outros aspectos do setor energético, principalmente em infraestrutura, como refinamento e transporte de petróleo e gás, mas também em parcerias para prospecção. Assim, acordos foram assinados para aumentar a autonomia em geração de energia, produção de combustíveis e petroquímica. A estatal brasileira atua na Venezuela na exploração e produção de petróleo e gás como não operadora (PETROBRAS, [s.d.]f).

Contudo, muitos desses projetos não seguiram adiante, como o acordo entre as estatais de ambos os países para a construção conjunta de uma refinaria, a Abreu e Lima. O Brasil precisou angariar recursos sozinho e a refinaria entrou em operação mais de três décadas depois de ser construída a última refinaria do parque brasileiro. Localizada em Pernambuco, “a refinaria é a nossa unidade, dentre todas as refinarias brasileiras, com a maior taxa de conversão de petróleo cru em diesel (70%)” (PETROBRAS, [s.d.]a), de modo a tentar diminuir a importação de derivados de petróleo. Além desse, a Petrosul (órgão para coordenação de ações nas áreas energética e petrolífera entre Venezuela, Argentina e Brasil), o Grande Gasoduto do Sul e a exploração conjunta de reservas de Carabobo 1, na Faixa do Orinoco, também não foram implementados.

Em relação à Turquia, a parceria estratégica foi firmada em 2010. Apesar de não ter o setor energético entre suas principais áreas de cooperação, firmou-se um acordo entre a Petrobras e a Turkish Petroleum Corporation (TPAO) no Mar Negro (BRASIL. Presidente. 2010; BRASIL. Plano de ação. 2010; SILVA, 2015). A região é considerada uma das últimas fronteiras exploratórias de petróleo no mundo, uma vez que o recurso dessa região não é intensamente explorado como em outras partes (BRASIL, 2009; PETROBRAS, [s.d.]b). Assim, a parceria previa que a Petrobras aplicasse a tecnologia desenvolvida para a exploração do pré-sal nas águas turcas, uma vez que a produção se localiza a 145 km da costa e a uma

profundidade final de 5.500 metros (PETROBRAS, [s.d.]b). Evidencia-se, logo, que é “modelo de cooperação energética e de competência tecnológica entre países em desenvolvimento” (BRASIL. Presidente. 2010, p. 218). Além disso, é importante rota de óleo e gás para abastecer a Europa, o que aproxima as empresas exploradoras dessa região do mercado consumidor (PETROBRAS, [s.d.]b).

Além dos apresentados acima, o Brasil possui interesse na cooperação com outros países no setor petrolífero. No entanto, não são tão relevantes para o abastecimento do país, nem são considerados parcerias estratégicas pelo MRE. São Tomé e Príncipe é um exemplo disso. Apesar de ser um pequeno arquipélago, ocupa posição central no Golfo da Guiné, uma das maiores bacias petrolíferas do mundo. O Brasil, através da ANP, ajudou o país desenvolver seu sistema de regulação e licitação de exploração de petróleo em 2004. Esta cooperação foi importante não apenas para formar uma parceria num país no qual a exploração está se iniciando, mas também porque parte de sua zona de exploração é conjunta com a da Nigéria. Assim, as oportunidades de cooperação entre a Petrobras e as autoridades são-tomenses poderiam ser consideradas promissoras, uma vez que a região tem um rico potencial petrolífero e que a ilha possui interesse no envolvimento brasileiro em atividades de prospecção se estende a ambas as áreas. Mas pouco foi feito para continuar essa parceria. As relações com São Tomé e Príncipe ficaram restringidas ao âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da educação e da cooperação militar.

Em relação à Namíbia, apesar de a parceria entre as Marinhas e o treinamento militar serem mais conhecidos, a cooperação entre o governo brasileiro e namibiano também alcançam o setor energético. A exploração de petróleo em si veio mais tarde, em 2009, com aquisição de um bloco localizado no mar sul namibiano (PETROBRÁS..., 2009).

O Brasil tem contribuído para os esforços de pesquisa e demarcação da plataforma marítima da Namíbia – tão semelhante à brasileira. Queremos que seja uma parceria estratégica, compatível com o redimensionamento das relações entre nossos países e regiões (BRASIL. Presidente. 2003c, p. 196).

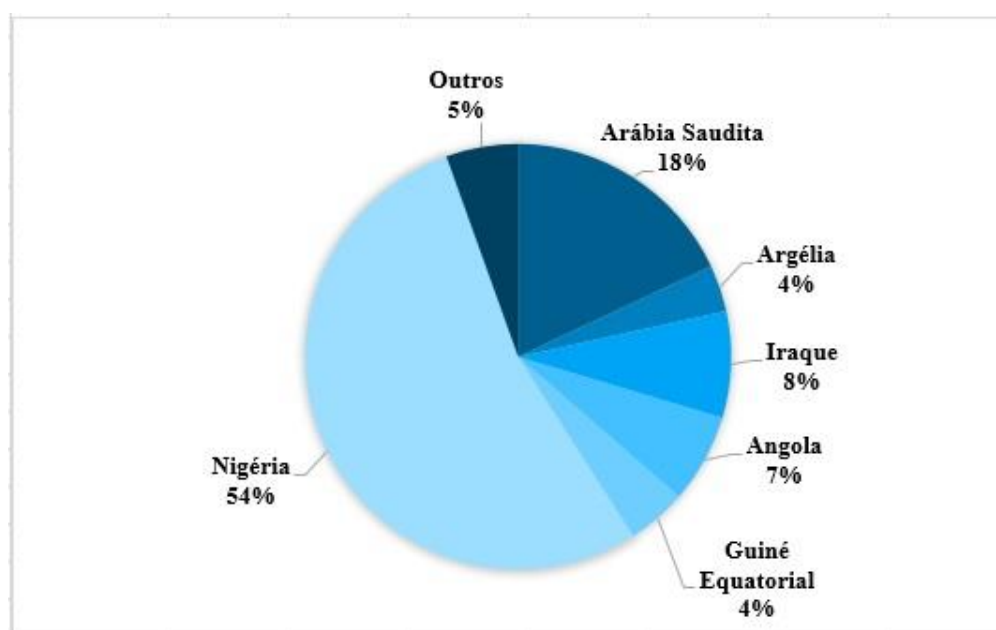
Por fim, as relações entre Equador e Argentina. Em relação ao primeiro, houve negociações para colaboração entre a Petrobras e a Petroecuador; na exploração do petróleo e do gás natural; na região amazônica. Entretanto, devido a supostas ilegalidades cometidas pela Petrobras, a estatal equatoriana rompeu o acordo (PETROEQUADOR..., 2008). A Petrobras anunciou o fim de suas operações no país em 2010 (JARDIM, 2010). Com a Argentina, a

Petrobras mantém uma relação desde 1994, atuando na exploração, produção, refino, transporte, comercialização e distribuição (PETROBRAS, [s.d.].f).

É relevante atentar para o fato de que tanto Equador quanto Venezuela são membros da OPEP e a Venezuela, inclusive, é parceira do Brasil no Mercosul. A falta de empreendimentos sólidos nesses países, assim como de acordos de volumes relevantes de provisionamento de petróleo, pode ser um sinal da ineficiência da PEB, uma vez que a proximidade geográfica e linguístico-cultural poderia impulsionar a cooperação entre o Brasil e esses países.

Há países que são importantes para o abastecimento nacional, fazendo parte dos dez maiores fornecedores para o Brasil, mas que não são vistos como parcerias estratégicas e a frequência com que são citados nos discursos presidenciais e diplomáticos presentes nas Resenhas de Política Exterior não condiz com sua importância para o abastecimento brasileiro. É o caso de Arábia Saudita, Argélia, Austrália, Guiné Equatorial<sup>25</sup> e Iraque.

GRÁFICO 4: Origens das importações brasileiras de petróleo – 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC (BRASIL, 2003-2014b).

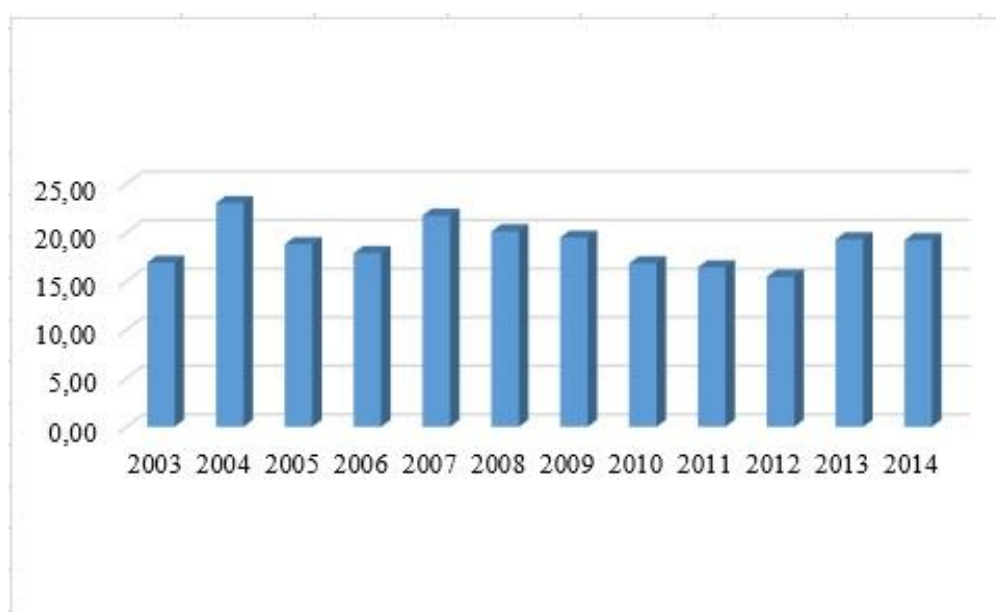
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio-MDIC (BRASIL, 2003-2014b), no período de 2003 a 2014, esses cinco países foram responsáveis por 40,5% das importações brasileiras de petróleo. Apenas em 2014, foram importados quase US\$

<sup>25</sup> Ao contrário dos outros quatro países, Guiné Equatorial começou a parceria com o Brasil apenas em 2004. Em 2014, já ocupava a quinta posição nos países dos quais o Brasil mais importa, em barris de petróleo (BRASIL, 2003-2014b).

5,5 bilhões<sup>26</sup>, representando mais de 35% do petróleo importado naquele ano. Isso pode configurar um erro na PEB, ao não dar a ênfase necessária a esses países.

Mesmo conquistada a autossuficiência, ainda hoje são realizadas importações de petróleo para suprir as necessidades das refinarias, construídas nas décadas de 1970 e 1980, projetadas para o refino de petróleo leve, qualidade diferente da encontrada em território brasileiro. Assim, as importações atuais vêm a se somar com a produção de petróleo nacional, mais pesado, para a produção de combustíveis e outros derivados. Ademais, realizam-se importações de derivados de petróleo, como diesel e gasolina, de modo a complementar a produção nacional, uma vez que a capacidade de refino do país não consegue atingir a demanda interna (MORAIS, 2013). Nas palavras do ex-Presidente Lula, “somos importadores de petróleo por conta do diesel que precisamos” (BRASIL. Presidente. 2004d, p. 194).

GRÁFICO 5: Evolução das importações brasileiras de petróleo em bilhões de kg



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de MDIC (BRASIL, 2003-2014b).

Percebe-se, portanto, que a autossuficiência é relativa. Apesar de exportarmos mais do que importarmos, o que é produzido internamente não supre a demanda, uma vez que as refinarias não foram projetadas para o petróleo interno.

A construção de novas refinarias é uma necessidade iminente, principalmente com a demanda por derivados de petróleo em crescimento (MORAIS, 2013). No entanto, a construção de quatro novas refinarias, duas das quais possuíam obras em fase final de construção, foram

<sup>26</sup> Preço FOB.

canceladas<sup>27</sup>. Com isso, a autossuficiência em derivados do petróleo, que a Petrobras previa alcançar em 2020, foi postergada (ROSA; ORDOÑEZ, 2015).

Os efeitos disso são aumento das importações de combustíveis, como diesel, gasolina, nafta petroquímica e querosene de aviação, aumentando a dependência externa brasileira, visto que também é previsto o crescimento da demanda (ROSA; ORDOÑEZ, 2015). Um reflexo disso foi em 2013, ano no qual o Brasil importou um volume 29,7% maior que o do ano anterior, justificados pela “queda da produção de petróleo e o aumento do processamento para a produção de derivados, cujo consumo interno aumentou consideravelmente em 2013” (BRASIL, 2014, p. 115). Dessa maneira, no ano de 2013, o Brasil teve um resultado deficitário no comércio internacional de petróleo e derivados, aumentando sua dependência (BRASIL, 2014; MORAIS, 2013).

Assim, depois de caracterizar alguns casos de cooperação energética presente nos discursos do Presidente, do corpo diplomático, de declarações conjuntas, entre outros, pode-se afirmar que o planejamento estratégico do período até 2006 era aumentar a presença da Petrobras no exterior, visto que não havia riquezas suficientes em território nacional.

Portanto, pode-se deferir que a Política Externa do Presidente Lula em relação às importações de petróleo seguiu a linha-mestre de diversificação das relações comerciais e parcerias. Entretanto, aparecem algumas discrepâncias entre o que é considerado parceria estratégica e as relações realmente estratégicas, como as parcerias com a Nigéria e Arábia Saudita, de longa data e tão importantes para a história da energia no Brasil. Percebe-se, logo, a necessidade de alguns ajustes, como “transformar a Nigéria em parceira estratégica, de modo a reforçar politicamente a complementaridade econômica” (SILVA, 2015, p. 169) e aumentar a integração energética da América do Sul, principalmente com Venezuela.

### **3.2 BRASIL EXPORTADOR: DISSUAÇÃO E PROTEÇÃO DA EXPLORAÇÃO OFFSHORE**

O Brasil é uma possível potência energética tanto em combustíveis fósseis quanto em biocombustíveis. A Petrobras tem presença nas Américas do Sul e do Norte, no Mar do Norte, no Mar Cáspio, na China e no Japão, até no Oeste de África e no Golfo do México. A companhia abrange todos os segmentos da cadeia produtiva petrolífera, desde *upstream* (prospecção,

---

<sup>27</sup> As refinarias Premium 1 e 2, a segunda unidade da refinaria Abreu e Lima, e Trem 1, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), as duas últimas com 91% e 82% das obras concluídas, respectivamente (ROSA; ORDOÑEZ, 2015; CAGNI; BRESCIANI, 2015).



exploração, perfuração e produção) a *downstream* (transporte, distribuição e comercialização), mas também busca fontes alternativas de energia (PETROBRAS, [s.d.]c; LANDAU, 2008).

Em 2006 foram descobertas reservas na camada do pré-sal. Essa é a maior descoberta de petróleo nacional, não apenas pela sua quantidade, podendo colocar as reservas brasileiras entre as dez maiores do mundo, mas também porque o petróleo encontrado nessa região<sup>28</sup> é de melhor qualidade, leve e com maior valor comercial (PETROBRAS, [s.d.]d).

Para que tal fato fosse possível, foram desenvolvidas tecnologias próprias, pelas quais a empresa foi internacionalmente reconhecida<sup>29</sup>. Adicionalmente, tendo em vista a política de conteúdo local, a demanda por sondas de perfuração, plataformas de produção, navios, submarinos, entre outros, busca utilizar ao máximo a indústria nacional, de modo a movimentar toda a cadeia da indústria de energia (PETROBRAS, [s.d.]d).

Assim, ao comparar com a história da empresa, que precisou de mais de três décadas para atingir 500 mil barris diários, esse mesmo valor foi atingido após oito anos da primeira descoberta; em setembro de 2015, foi superada a marca de 900 mil barris por dia oriundos do pré-sal. Somado a isso, a empresa encontrou óleo em 100% das perfurações realizadas (PETROBRAS, [s.d.]d). Desse modo, em 2006 foi alcançada a autossuficiência (MORAIS, 2013; BRASIL, 2014), quando a produção de petróleo superou o consumo aparente<sup>30</sup> e, com isso, uma mudança estratégica e diplomática por parte do Brasil.

Devido ao potencial estratégico e à rentabilidade, foi criada a Pré-Sal SA (PPSA) “para gerir essas reservas e representar os interesses diretos do Estado. A PPSA participará diretamente das decisões de cada projeto de exploração” (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011, p. 7). Também foi estabelecido um Fundo Social do Pré-Sal, de modo a recolher os dividendos do petróleo e gás dessa camada, que serão destinados à consolidação das estratégias de desenvolvimento nacional. Schutte (2013) cita a industrialização, a distribuição de renda, o protecionismo da conta corrente, a defesa da sustentabilidade ambiental e a integração sul-americana como meio de que o pré-sal pode promover melhorias para o Estado brasileiro. O desenvolvimento nacional foi essencial para a mudança no marco regulatório do Pré-Sal.

---

<sup>28</sup> A dimensão de toda a província do pré-sal é de 149 mil km<sup>2</sup>, ou aproximadamente três vezes e meia o estado do Rio de Janeiro (PETROBRAS, [s.d.]d).

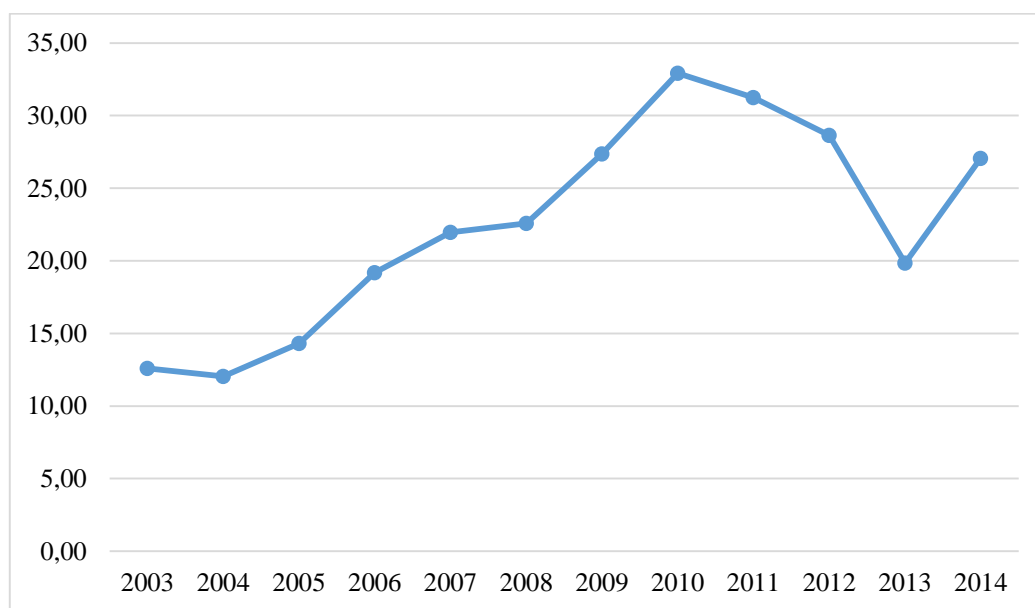
<sup>29</sup> Em 2015, a Petrobras recebeu pela terceira vez o prêmio OTC Distinguished Achievement Award for Companies, pelas tecnologias desenvolvidas especialmente para o pré-sal. Este é o maior reconhecimento que uma companhia pode receber como operadora *offshore* (PETROBRAS, [s.d.]d).

<sup>30</sup> Consumo aparente é definido pela soma da importação líquida de petróleo, de derivados e da produção nacional. Assim, haverá autossuficiência quando a produção nacional de petróleo superar o consumo aparente. Para mais informações sobre dependência externa, ver tabelas 2.56 e 27, ANP (BRASIL, 2014, p. 127) e MORAIS (2013, p. 406), respectivamente.

Ainda, a Petrobras vem buscando diminuir sua presença internacional desde a descoberta de petróleo em águas ultraprofundas, de modo a obter recursos para a exploração nacional. Nota-se, logo, a mudança de estratégia da empresa, não mais buscando no exterior seu abastecimento, mas apostando fortemente no petróleo nacional.

O pré-sal, portanto, pode vir a trazer grandes vantagens, tanto econômicas, quanto sociais e políticas, através do aumento da capacidade de barganha e de poder no Sistema Internacional. O presidente Lula mencionou ser a segunda independência brasileira (LULA..., 2009). Entretanto, é necessário que os recursos originados dessas reservas sejam bem investidos. O petróleo dessa camada também traz algumas inquietações, por chamar maior atenção de grandes potências dependentes de petróleo, o que se traduzir em ameaça no futuro (como visto no primeiro capítulo).

GRÁFICO 6: Evolução das exportações brasileiras de petróleo (bilhões de kg)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de MDIC (BRASIL, 2003-2014a).

Com o advento das descobertas desse tipo de reservatório, surge uma certa incógnita na PEB, uma vez que a construção de uma imagem de país “limpo”, líder em energias alternativas, tinha sido obra de muito esforço da diplomacia brasileira. Entretanto, a capacidade de barganhar com países dependentes desse combustível fóssil, conseqüentemente, com os países centrais, é uma vantagem do pré-sal que o etanol não traz. “Esta arma geopolítica que é o petróleo parece pesar mais do que o etanol face às grandes potências” (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011, p. 24). Ademais, o Brasil possui uma grande vantagem frente a outros produtores internacionais,

já mencionada no primeiro capítulo, por ser um país reconhecidamente pacífico e estar localizado em uma região politicamente estável. Desse modo, pode competir por mercados tradicionais e por novos centros de consumo. Por essas e outras razões (econômicas, sociais, etc.) não se pode deixar de explorá-lo e utilizá-lo na formulação de política externa.

Dessa maneira, pode-se perceber posturas diferentes na diplomacia energética brasileira a depender do interlocutor. Percebe-se, pois, uma adaptabilidade da política energética externa, num caráter de multidimensionalidade da inserção do Brasil (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011; SILVA, 2015).

Quando o Brasil quer se posicionar como líder dos países em desenvolvimento, quando sugere soluções para fome, a segurança energética e o aquecimento global, o etanol é destaque. Ao contrário, quando o Brasil está buscando posicionar-se frente aos países desenvolvidos nas negociações multilaterais, a força geopolítica do petróleo é levada em conta na estratégia brasileira. Este tipo de comportamento é explicado como parte do pragmatismo realista da política externa brasileira (MEDEIROS<sup>31</sup> apud LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011, p. 24 e 25).

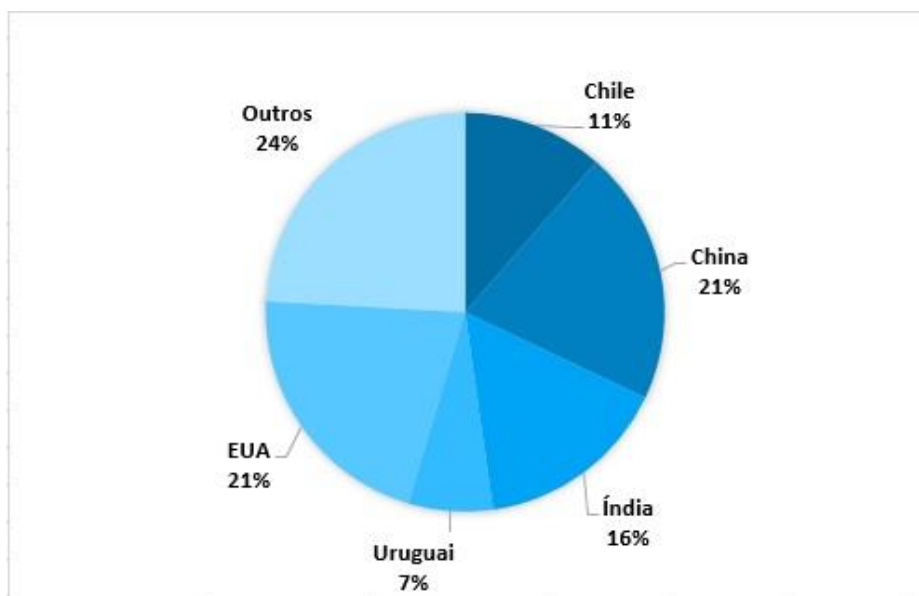
Desse modo, é possível entender que a política externa brasileira para energia do segundo mandato de Lula (2007-2010) não é contraditória, apenas pragmática. Assim, é possível estudar as mudanças nas relações bilaterais entre os países. O petróleo passa a fazer parte dos discursos, não apenas mais como necessidade ou meio de ressaltar os biocombustíveis, mas como meio de projeção internacional brasileira.

Os principais compradores do petróleo brasileiro são China e Estados Unidos, seguidos por Índia e Chile. Os dois primeiros vêm se intercalando na primeira posição. China ocupou pela primeira vez o lugar de maior destino das exportações brasileiras do hidrocarboneto em 2013, perdendo a posição para os EUA em 2014, mas recuperando em 2015. Somados, correspondem a mais de 40% de todo o petróleo exportado. Os quatro principais parceiros em 2014, adicionando Índia e Chile como terceiro e quarto lugar, respectivamente, correspondem a 70% das exportações brasileiras (BRASIL, 2003-2014a). Embora esteja ocorrendo um aumento das exportações em 2015, a receita prevista deve ser menor que a do ano anterior, devido à queda dos preços do barril de petróleo (AGOSTINI; FAGUNDES, 2015).

---

<sup>31</sup> MEDEIROS, Daniela. A energia como variável estratégica da Política Externa Brasileira. São Paulo: PUC-SP, 2010. Dissertação de mestrado (Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

GRÁFICO 7: Destinos das exportações brasileiras de petróleo – 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de MDIC (BRASIL, 2003-2014a).

Compondo a lista dos dez principais destinos, há também Santa Lúcia, Uruguai, Bahamas, Portugal, Espanha e Holanda (BRASIL, 2003-2014a). É notável a participação de países pouco significativos para o comércio brasileiro. Algumas explicações são possíveis. São paraísos fiscais, nos quais ocorrem compra e venda de barris de petróleo a alíquotas de tributação baixas, com uma facilidade maior de investimento. Ainda, o MDIC contabiliza os locais de exportação, não os de venda. Ou seja, no caso de Santa Lúcia, provavelmente as compras foram feitas pelos EUA, mas tiveram como primeiro destino a pequena ilha caribenha. Essa hipótese também se adequa ao caso da Holanda e ao porto de Roterdã, o maior da Europa, facilitando o escoamento do recurso energético para o restante do continente. De qualquer modo, são o destino, juntamente com parceiros menores, de apenas 30% das exportações brasileiras de óleo.

A China se encaminha para ser o principal comprador de petróleo brasileiro em 2015. O escritório da Petrobras em Pequim, aberto em 2004, procura dar suporte às vendas no país, principalmente de petróleo pesado da Bacia de Campos e garantir a cooperação entre a companhia brasileira e as estatais chinesas, abrindo novos mercados para o Brasil (PETROBRAS, [s.d.]f). Em 2008 e 2009, foram assinados acordos entre a empresa brasileira e a SINOPEC para fornecimento de petróleo. Também em 2009, um acordo semelhante foi firmado com a CNPC (BRASIL. Presidente. 2009c).

Os investimentos chineses ultrapassam as barreiras do comércio de petróleo. O Brasil buscou empréstimos em bancos chineses em 2009, em meio à crise mundial, para a continuação da exploração do pré-sal. Em 2010, foi firmado um acordo de cooperação estratégica entre Petrobras, SINOPEC e o Banco de Desenvolvimento da China (BRASIL. Presidente. 2009c; BRASIL. Comunicado à imprensa. 2010). Ainda em 2010, a parceria entre ambas aumentou quando a SINOPEC adquiriu 40% da empresa Repsol, participando inclusive da exploração do pré-sal (REPSOL SINOPEC, [2011]). Com o fortalecimento dessa parceria ocorreu também um aumento da dependência do Brasil em relação ao mercado chinês. A China é o maior comprador de quatro dos dez principais produtos de exportação brasileiros: soja, minério de ferro, petróleo e celulose (BRASIL. Presidente. 2009d; AGOSTINI; FAGUNDES, 2015).

Os EUA são tradicionais parceiros na compra de petróleo brasileiro. Entretanto, com o aumento da produção interna, a demanda estadunidense vem decaindo. Com a Índia, há parcerias de exploração de blocos do pré-sal com a indiana ONGC. Por fim, o Chile é o maior parceiro da América Latina em exportação de petróleo, e foi o primeiro país a receber o petróleo explorado no pré-sal, da Bacia de Santos (BRASIL, 2011c).

Nota-se que a lista de clientes brasileiros não é muito diversificada. O intercâmbio maior com outros países da Ásia, América do Sul e a África poderia ser uma solução. Entretanto, a descoberta do pré-sal não traz apenas parcerias nas áreas de *upstream* e *downstream*. O “passaporte para o futuro” promoveu investimentos e parcerias que angariaram fundos também para a indústria naval, fortalecendo o papel da PEB como instrumento do desenvolvimento nacional.

Dessa forma, com a descoberta e o início das atividades exploratórias no pré-sal, é necessário garantir a estabilidade do acesso a fontes de energia, com políticas domésticas e externas eficientes. Em relação às políticas públicas, é necessário desenvolver infraestruturas e tecnologias que permitam a geração, distribuição e consumo da energia com o máximo de eficiência possível (OLIVEIRA, 2012).

A política externa é uma via de poder brando importante. Além de necessária para firmamento de acordos comerciais, assegurando o abastecimento energético, também é relevante para dissuadir outros países de reclamar essa riqueza para si, ou de intervir nos assuntos domésticos. Desse modo, a diplomacia, a integração em defesa e a consolidação de parcerias são importantes, uma vez que, apesar de ser uma possibilidade remota atualmente, não se sabe se no médio ou longo prazo essa possibilidade se concretizará. Por isso,

[...] o planejamento da defesa do Pré-Sal exige considerar cenários de risco ou de ameaças em que o país possa vir a ser ameaçado direta ou indiretamente por uma grande potência ou uma coalizão de potências que pretendam se apoderar das riquezas petrolíferas do país [...]. Para evitar esse tipo de cenário o Brasil deve estar preparado e precisa construir os meios defensivos adequados para defender esse tipo de riquezas (OLIVEIRA, 2012, p. 235).

A política externa brasileira, que principalmente a partir da década de 1990 buscou desmilitarizar o país, buscando promover a imagem de país pacífico, originou debilidades estruturais. Assim, é preciso analisar os meios que a política externa da primeira década do novo século utilizou para tentar diminuir essas vulnerabilidades.

Antes, no entanto, é importante atentar para o fato de que o marco regulatório do pré-sal é diferente dos demais. A partir de uma Resolução enviada para o Congresso pelo presidente Lula em agosto de 2009, ratificada em 2010, a alteração do regime de concessão para um de partilha foi proposta. Embora seja um mecanismo doméstico de proteção, é importante para minimizar o intervencionismo estrangeiro, aumentar o controle sobre a produção e garantir soberania energética e de gestão desse petróleo, reforçando o papel do governo e enfraquecendo os das multinacionais estrangeiras (LE PRIoux; MUXAGATO, 2011).

No Brasil, o petróleo é propriedade da União; porém, a extração pode ser feita por diversas empresas ou consórcios. O regime de concessão, em vigor desde a Lei do Petróleo de 1997, prevê que são de inteira responsabilidade do concessionário os riscos e investimentos de exploração e produção. Se houver descoberta comercial, deverá ser feito um pagamento ao Estado, através de tributos sobre a renda, de royalties e de outras participações governamentais. Depois de efetuadas essas obrigações, o concessionário possui propriedade exclusiva e individual sobre o petróleo extraído (PETROBRAS, [s.d.]e).

O sistema de concessão geriu exclusivamente as atividades de exploração e produção no Brasil até 2010, quando o marco regulatório introduziu os regimes de partilha e de cessão onerosa, passando a conviver três tipos de sistemas no país (PETROBRAS, [s.d.]e).

O regime de partilha se diferencia do regime de concessão principalmente no fato de que a Petrobras sempre atuará como operadora, devendo ter uma participação mínima de 30%. O consórcio que oferecer maior participação da União sobre o óleo produzido é o vencedor da licitação. Se as empresas forem bem-sucedidas na exploração, elas receberão um ressarcimento em petróleo que corresponde aos seus gastos na exploração. Os royalties serão repassados à União, que os distribuirão aos estados e municípios (LE PRIoux; MUXAGATO, 2011; PETROBRAS, [s.d.]e). Esse regime é adotado em todas as áreas do pré-sal que não se

encontravam já regidas pelo modelo de concessão e em áreas estratégicas. O bloco de Libra foi a primeira área a ser leiloadada sob este regime, com uma participação de 40% da Petrobras.

Pode-se perceber, portanto, que essa mudança no marco regulatório aumentou o controle da Petrobras sobre a produção. Consequentemente, o governo centraliza sua gestão de modo a promover políticas de desenvolvimento nacional, como a produção industrial naval, a geração de emprego e renda, a produção de tecnologia, entre outros (LANDAU, 2008).

Por fim, o regime de cessão onerosa é a concessão à Petrobras de produzir nas áreas de pré-sal a um volume máximo de cinco bilhões de barris de petróleo. É relevante para o desenvolvimento brasileiro uma vez que prevê participação exclusiva da empresa brasileira na exploração de campos do pré-sal. Além disso, prevê o pagamento à União por meio de títulos públicos, ou seja, aumenta a participação desta no capital da companhia. Assim, fortalece o fundo social do pré-sal para promover o desenvolvimento e a autonomia energética brasileira (BACELAR, 2015).

Em relação à política externa, a oposição a projetos prejudiciais ao desenvolvimento nacional é um exercício da PEB para promover os interesses do governo. Um exemplo dessa atuação é a objeção brasileira à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Apesar de haver vários motivos para a negociação não avançar, a chancelaria do presidente Lula mencionou a seção sobre compras governamentais. Assim, o Brasil não poderia comprar plataformas de petróleo uma vez que deveria ser aberto à concorrência internacional (BRASIL. Ministro. 2006b). Desse modo, a indústria naval brasileira possivelmente não teria se desenvolvido ao nível atual, não geraria tanto emprego, renda, tecnologia e autonomia pela competição com empresas americanas. Nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim:

Nós tivemos muita energia para tentar pôr as negociações numa via que não interferisse em políticas essenciais para o Brasil, que não interferisse nas compras governamentais, que têm sido responsáveis pelas plataformas de petróleo, por exemplo (que a Petrobras passou a comprar de estaleiros nacionais). (BRASIL. Ministro. 2006c, p. 459).

A Alca, como foi concebida, acabou. Isso não significa um fracasso, mas, se fosse do jeito como estava, a indústria naval brasileira não estaria produzindo plataformas de petróleo. (BRASIL. Ministro. 2006d, p. 469).

Além disso, a PEB do governo Lula procurou se utilizar da integração regional e parcerias bilaterais como modo de proteção do uso do petróleo, de dissuasão de intervenções estrangeiras e de capacitação das forças armadas. Atualmente, a infraestrutura energética apenas no território nacional não é suficiente para que se tenha o controle das decisões, para

que mantenha a soberania e desenvolvimento independente (OLIVEIRA, 2012). Além do mais, a proteção de toda uma área como o Atlântico Sul não pode recair na responsabilidade apenas brasileira. Com isto, entra-se na questão da integração regional. A integração regional com processos como Mercosul, Unasul e Zopacas busca a diminuição da vulnerabilidade e a internalização do Centro de Decisão Energética, com o fortalecimento da integração sul-americana e do Atlântico Sul (OLIVEIRA, 2012).

A manutenção de uma estabilidade na América do Sul foi um dos principais objetivos da política externa, que se estende também ao Atlântico Sul. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) foi criada em 1986 por iniciativa do Brasil, refletindo o interesse em dividir o exercício de poder e cooperação na região (FERNANDES, 2015). Com a crescente importância da região no setor petrolífero, a pirataria no Golfo da Guiné, a criação do *United States Africa Command* - AFRICOM (Comando dos Estados Unidos para a África) e o restabelecimento da Quarta Frota, o tema de securitização do Atlântico Sul e, portanto, da Zopacas, ganha novo impulso mais assertivo (SVARTMAN, 2014).

Essa quarta frota nos preocupa profundamente, por conta do pré-sal. E eu acho que nós deveríamos discutir esse compromisso nosso diretamente com o governo americano, diretamente com eles (BRASIL. Presidente. 2009e, p. 80).

É interessante apontar que os Estados Unidos se opuseram à criação desse bloco. Todas as demais abstenções vieram de potências tradicionais ocidentais. Há uma mobilização, portanto, em angariar recursos para defender a região contra ameaças externas (FERNANDES, 2015). O ex-Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota aponta que a militarização adequada do Atlântico Sul é um dos pontos mais importantes conquistado no âmbito da Zopacas (PATRIOTA<sup>32</sup> apud FERNANDES, 2015, p. 272 e 273). Um terço dos membros desse bloco são produtores de petróleo, o que mostra uma associação do bloco com o tema energético<sup>33</sup>.

A capacidade militar e dissuasória da Zopacas é precária, o que acaba abrindo a possibilidade de que outros países adentrem a região. Os Estados Unidos estão desenvolvendo operações conjuntas com países africanos, o que causa um mal-estar ao Brasil. Entretanto, este último não dispõe de recursos financeiros suficientes para ajudar na maior parte das necessidades de seus parceiros.

---

<sup>32</sup> PATRIOTA, A. A. Texto-base do discurso do ministro Antônio de Aguiar Patriota. In: REUNIÃO MINISTERIAL DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS), 7., Montevideu, 2013. Anais... Montevideu: MRE, 15 jan. 2013.

<sup>33</sup> Angola, Brasil, Camarões, Gabão, Guiné, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal (FERNANDES, 2015).



As parcerias em cooperação naval brasileira tentam atenuar a situação. O acordo de cooperação intensa com a Namíbia é um exemplo disso (PENNA FILHO, 2015a). Buscou-se a capacitação da marinha namibiana, “uma parceria cuja moldura seja uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul a serviço de políticas mais eficazes nos domínios ambiental, de defesa e de transportes” (BRASIL. Presidente. 2003c, p. 196). Possui também projetos com África do Sul, Angola, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal. Outra cooperação se dá a nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), com a Operação Felino, que promove o intercâmbio de exercícios militares (PENNA FILHO, 2015a).

Por fim, há ainda a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Pode-se afirmar que, principalmente o CDS, afeta a projeção brasileira e a percepção do Brasil por parte de outros países (SILVA, 2014).

Tal órgão visa promover a cooperação dos países membros da UNASUL em matéria de segurança, buscando garantir a primazia dos Estados sul-americanos para tratar de questões securitárias em sua região. Embora enfrente alguns desafios à sua primazia, como a forte presença estadunidense, em especial na Colômbia, o Conselho de Defesa é um importante avanço para a agenda de defesa sul-americana (SILVA, 2014, p. 77).

O CDS busca prevenir tensões regionais, estimular um contato frequente entre responsáveis pelas agendas de defesa nacionais, separar os temas de defesa e os de segurança, promover uma cooperação industrial (de forma a obter economias de escala), entre outros. Atua reduzindo as desconfianças entre os países uma vez que promove a cooperação militar; ajuda também na projeção internacional brasileira ao avançar em questões militares para atender as expectativas externa de participação na manutenção da paz mundial. A longo prazo, prevê o fortalecimento da capacidade dissuasória da América do Sul e, portanto, da costa atlântica (ABDUL-HAK, 2013). Pode ser mencionado ainda o Ibsamar, cooperação naval entre os países do IBAS, Índia, Brasil e África do Sul, e o Atlasur, operações, simulações e cooperação entre as Marinhas da África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai (SILVA, 2014).

Percebe-se que a Política Externa Brasileira do período Lula (2003-2010) provocou algumas mudanças em relação a políticas anteriores, aprofundando diretrizes de outros governos. A busca pela diversificação de parcerias bilaterais e pela integração regional é clara na política energética externa do período.

Apesar dos esforços para desenvolver uma política de defesa da América do Sul e do Atlântico Sul, há ainda muito a ser feito, principalmente em avanços práticos, palpáveis. Há pouca disposição e também poucos recursos para assumir os custos de uma liderança e de uma

integração mais efetiva (SVARTMAN, 2014). Para adensar as iniciativas de cooperação com outros países do Atlântico Sul, a maioria dos quais encontra-se na costa oriental, é necessário maior engajamento brasileiro. As relações bilaterais, por outro lado, atingiram seus objetivos de diversificação e fortalecimento de parcerias, principalmente no quesito importador.

Nota-se, portanto, que o papel da PEB em relação à dualidade do setor petrolífero é parcialmente efetivo. No Brasil importador, apesar de firmar várias parcerias, o diálogo não é tão intenso com os principais fornecedores, dos quais a Nigéria e a Arábia Saudita, por exemplo, não são consideradas parcerias estratégicas. Por outro lado, a presença da Petrobras no exterior foi relevante, de modo a conseguir a exploração do petróleo demandado pelo desenvolvimento nacional. Já em relação ao Brasil exportador, há acordos comerciais para a venda do petróleo e cooperação na área de exploração e produção, além de investimentos estrangeiro na indústria naval. Ainda assim, a proteção de tamanha riqueza fica à mercê de uma estabilidade conjuntural do Atlântico Sul. Caso haja uma mudança na maneira como se percebe essa região, os países da mesma, inclusive o Brasil, não possuem meios suficientes para a proteção desse recurso.

## 4 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar se a Política Externa Brasileira garante ao país o abastecimento necessário de petróleo às suas demandas energéticas, tanto através da manutenção de parcerias estratégicas e acordos bilaterais para a importação desse recurso quanto pela afirmação da soberania sobre a zona do pré-sal, securitização ao acesso e à plena utilização do petróleo nacional e presença do mesmo no mercado internacional petrolífero.

Para tal, procurou analisar a dualidade da situação petrolífera do país, ou seja, seu caráter exportador e ao mesmo tempo importador. Essa situação é refletida na PEB, que precisa se armar de estratégias diferentes para ambos os casos. A análise do período Lula é interessante para esta abordagem, uma vez que foi durante a mesma que foi realizada a descoberta de petróleo em camadas profundas. A PEB, portanto, precisa se moldar ao novo cenário nacional que se instalou, assim como ao novo cenário internacional que vem se construindo desde o fim do século passado e, mais especificamente, no começo do século XXI.

Assim, o primeiro capítulo pretendeu analisar o petróleo como força motora da sociedade capitalista e industrial. Seu papel nas principais crises do século passado transcende para as primeiras décadas dos anos 2000, como pode-se observar na Guerra do Iraque em 2003, na crise ucraniana e nos acordos com o Irã. Pela sua posição central na geopolítica e estratégias das nações, convencionou-se chamar as ações e diretrizes tomadas com base no interesse por essa fonte energética de geopolítica do petróleo.

Com o crescimento de novas economias e a formação de novos polos de poder, surgiram também novas demandas por energia. O direcionamento dos fluxos energéticos para potências emergentes como China e Índia desenha uma nova geopolítica do petróleo, com atores antes relegados a um segundo plano tomando agora um papel importante. É o caso principalmente das nações africanas produtoras de petróleo e de países do Mar Cáspio. O Brasil pretende se somar a esses novos fornecedores de hidrocarboneto, realidade que vem se tornando cada vez mais palpável à medida que se descobrem novos campos e que barreiras de exploração em profundidade e de extração de petróleo em alto mar são superadas.

Com esse novo papel, surge também a dualidade de posicionamento e inserção do Brasil no Sistema Internacional. Antes preocupada apenas em garantir o provisionamento desse recurso, a diplomacia brasileira se vê diante de novos desafios. As grandes descobertas na Amazônia Azul, que podem alçar o Brasil a fazer parte dos dez países com as maiores reservas petrolíferas, somadas a um contexto de acirramento pela busca de abastecimento pelas grandes

potências econômicas e industriais (EUA, China, Índia, Japão), direcionam nova atenção ao Atlântico Sul.

Região esquecida pelo deslocamento do eixo para o Pacífico e povoada por nações consideradas menos importantes para a formação da política mundial, as porções da África e da América do Sul banhadas pelo Atlântico atraem o interesse dos países consumidores nessa nova fase. A caracterização dessas áreas como politicamente instáveis, democraticamente frágeis e institucionalmente fracas desperta ainda mais interesse. Intervenções militares baseadas no interesse por controle de poços petrolíferos não são incomuns: no primeiro capítulo, foram apontadas e descritas as principais operações envolvendo petróleo que muitas vezes acabaram em intervenção armada. Desse modo, os países produtores de petróleo do Atlântico Sul possuem uma possível ameaça, materializada na restituição da Quarta Frota americana, do AFRICOM, da presença da Marinha americana no Golfo da Guiné, entre outros. Ademais, é importante lembrar a presença que Inglaterra, França e EUA possuem no Atlântico Sul, com bases militares, departamentos ultramarinos e ilhas.

No caso dos países africanos, esta não é uma ameaça muito distante. A crescente frequência norte-americana na África, em ações contra o terrorismo e, mais recentemente, contra a pirataria, chamam atenção. Ainda, o maior envolvimento de potências asiáticas no continente e os fortes laços que as nações africanas mantêm com países colonizadores também podem causar um aumento na instabilidade da região. Esse aumento na presença de potências é preocupante aos interesses brasileiros, devido à proximidade geográfica e às relações mantidas com os países africanos.

É com estes novos elementos que a PEB precisa elaborar suas estratégias. Reforçar parcerias bilaterais é importante, mas é necessário que se dê um passo além. Processos de integração, cooperações militares, investimentos em defesa, são necessários uma vez que os custos de arcar com a securitização da região individualmente não poderiam ser supridos. Somado a isso, os países podem obter ganhos de escala, tanto na produção bélica, como também na abrangência geográfica. Por fim, instituições mais fortes são necessárias para a coesão interna frente a possíveis ameaças.

O segundo capítulo deste trabalho procurou averiguar, com base na contextualização anterior, a eficiência da diplomacia brasileira em conduzir ambas as necessidades brasileiras. A “autossuficiência” energética não trouxe consigo o fim da dependência de petróleo externo. Isto porque o petróleo que o país produz não é compatível com a demanda por combustíveis derivados do petróleo, além de as refinarias brasileiras terem sido construídas principalmente

para a destilação de petróleo leves. Assim, a dependência desse tipo de hidrocarboneto não desapareceu com a descoberta do pré-sal e, por isso, os papéis de importador e exportador convivem atualmente.

No tocante às necessidades de importação de petróleo, pela análise da PEB pôde-se constatar que, ao longo do período analisado, a mesma atuou de forma adequada, diversificando seus parceiros, cooperando com países detentores de reservas e diminuindo a necessidade de depender das próprias descobertas nacionais, apesar de a Petrobras nunca cessar de prospectar petróleo nos campos brasileiros em busca da autossuficiência energética. Dentro dessas atuações, entretanto, destaca-se a não consideração da Nigéria e Arábia Saudita como parcerias estratégicas ao Brasil. Uma vez que os dois países juntos corresponderam a 72% das nossas importações em 2014, pode-se pensar em uma certa incoerência na diplomacia brasileira.

Em relação ao papel exportador do Brasil, exercido com mais vigor a partir do fim da década passada, procurou-se analisar, além de parcerias bilaterais, os processos de integração voltados à defesa. Percebe-se claramente uma aposta no pré-sal brasileiro, visto na forte captação de investimentos e na retração das atividades da Petrobras nos mercados exteriores. As parcerias nesse sentido se voltaram para a exploração conjunta desse petróleo, para acordos de fornecimento, para investimentos na indústria naval e estaleiros e para compra de ações da empresa brasileira. Apesar de ser uma posição recente adquirida pelo Brasil, a chancelaria brasileira conseguiu se adequar, angariar investimentos, parcerias e clientes.

Entretanto, a falha na estratégia da diplomacia brasileira encontra-se na cooperação incipiente com os vizinhos sul-americanos e com os da costa leste do Atlântico Sul. Apesar de iniciativas para garantir o comércio, para a integração física e energética, para a segurança e defesa da região, entre outras, nenhum processo chegou ao ponto de prover uma dissuasão e uma integração entre os países membros de modo a fazer frente a possíveis conflitos. Esse seria o setor no qual a diplomacia brasileira menos conseguiu avançar, considerando sua extrema relevância para a segurança ao acesso e para a afirmação de soberania sobre os recursos energéticos em alto-mar.

Portanto, conclui-se que a hipótese apresentada no início do trabalho é parcialmente validada. A PEB realmente se divide entre os interesses de um país importador e exportador, entretanto, não o faz de maneira totalmente eficaz. É possível que ainda não haja a urgência em se formar mecanismos para a dissuasão e proteção dos recursos, já que não há uma ameaça clara. Contudo, isso pode se configurar como um erro de cálculo na diplomacia brasileira no futuro, já que a capacitação de forças armadas, o fortalecimento de laços e a institucionalização

de processos de integração são processos lentos e de resultados de médio a longo prazo. Apesar de entender a presença americana como prejudicial e incentivar a cooperação, não há uma priorização de políticas de cooperação em defesa suficientemente efetivas.

Atualmente, a política externa do governo de Dilma Rousseff segue algumas diretrizes do governo anterior, apesar de menos enérgico. Em relação ao multilateralismo, ao universalismo e às relações com os Estados Unidos, há uma continuidade, embora menos enfática. A questão de maior ruptura foi na internacionalização da economia brasileira, pois houve uma retração de investimentos e presença no exterior, e um crescimento proporcional da participação do setor primário na economia durante seu primeiro governo (2010-2014) (CERVO; LESSA, 2014). Isso pode ser devido às descobertas do pré-sal e ao preço competitivo desse recurso no comércio mundial naquela época, incentivando os investimentos nessa matéria-prima. Essa questão se expande também para a PEB, provocando uma retração da mesma. É refletida também na política energética, o que perpetua a dualidade abordada no trabalho.

Por fim, entende-se que ainda há muito o que se pesquisar sobre o tema. Esse trabalho propôs uma perspectiva diferente sobre a condução da política energética exterior do Brasil. Trabalhou-se, portanto, com a ideia de que o Brasil possui uma dualidade em sua diplomacia advinda do teor de suas necessidades. Ao mesmo tempo em que possui uma produção que, em quantidade, supriria o consumo, sua necessidade de importar não cessou. Essa perpetuação tem origens em condições naturais (qualidade do petróleo) e estruturais (impropriedade das refinarias do país de destilar eficientemente o tipo de petróleo nacional). Ainda, percebeu-se que a PEB identifica as duas realidades e, apesar dos esforços para o seu balanceamento, estes não são suficientes para que a dualidade se extinga.

## REFERÊNCIAS

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013. 280 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1051-Conselho\\_de\\_Defesa\\_Sul\\_Americano.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1051-Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2015.
- AGOSTINI, Bruna; FAGUNDES, Álvaro. Exportações de petróleo para a China sobem 260% neste ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jun. 2015. Mercado. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1639589-neo-exportacoes-de-petroleo-para-a-china-sobem-260.shtml>>. Acesso em: 6 nov. 2015.
- BACELAR, Deyvid. **A importância estratégica do sistema de cessão onerosa**. 2015. Disponível em: <<http://www.deyvidbacelar.com.br/a-importancia-estrategica-do-sistema-de-cessao-onerosa/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.
- BARROS, Pedro Silva; SCHUTTE, Giorgio Romano; PINTO, Luiz Fernando Sanná. **Além da autossuficiência: o Brasil como protagonista no setor energético**. Brasília: IPEA, 2012, v. 1725, p.7-98, abr. 2012.
- BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **Petrobras aplicará tecnologia de águas profundas na Turquia**. 2009. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=4393>>. Acesso em: 25 out. 2015.
- BRASIL. Embaixador Antônio de Aguiar Patriota. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação técnica brasileira: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. [2011]b. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>>. Acesso em: 5 nov. 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. 2008. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2015.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2011a**. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, 2011. Disponível em: <[www.anp.gov.br/?dw=57887](http://www.anp.gov.br/?dw=57887)>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2014**. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, 2014. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=73191>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Relatório semestral de atividades relacionadas aos contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural**. 2015. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1251866/Relatório+Semestral+de+Atividades+MME+n3++1+Sem+2015.pdf/314ce663-1d13-46bf-aa39-47af7997e75b>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento-MDIC. Consultas: exportação 1997-2015; NCM 8 dígitos. In: \_\_\_\_\_. **Alice Web**. 2003-2014a. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 13 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento-MDIC. Consultas: importação 1997-2015; NCM 8 dígitos. In: \_\_\_\_\_. **Alice Web**. 2003-2014b. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>>. Acesso em: 13 out. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Cerimônia de posse do Ministro das Relações Exteriores: discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião de sua posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 1 de janeiro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 30, n. 92, p. 21-25, 1. sem. 2003a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N92\\_1Sem\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Cerimônia de posse do Subsecretário-Geral da América do Sul e de diretores-gerais de departamentos: discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em 21 de julho de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 30, n. 93, p. 39-40, 2. sem. 2003b. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N93\\_2Sem\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N93_2Sem_2003.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à rede CBN de rádio, em 30 de agosto de 2005. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 32, n. 97, p. 441-443, 2. sem. 2005. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N97\\_2Sem\\_2005.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N97_2Sem_2005.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista “Indústria Brasileira”, 10 de outubro de 2006. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 33, n. 99, p. 458-462, 2. sem. 2006c. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N99\\_2Sem\\_2006.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N99_2Sem_2006.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “Jornal das Dez”, da Globo News, em 04 de maio de 2006. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 33, n. 98, p. 520-524, 1. sem. 2006b. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N98\\_1Sem\\_2006.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N98_1Sem_2006.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para “O Globo”, 29 de outubro de 2006. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 33, n. 99, p. 469-470, 2. sem. 2006d. Disponível em:



<[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N99\\_2Sem\\_2006.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N99_2Sem_2006.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministro. (2003-2010: Celso Luiz Nunes Amorim). Sessão de encerramento da reunião de Chefes de Posto do Itamaraty: discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de encerramento da reunião de Chefes de Posto do Itamaraty, em 5 de janeiro de 2006. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 33, n. 98, p. 27-34, 1. sem. 2006a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N98\\_1Sem\\_2006.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N98_1Sem_2006.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Plano de ação da parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, em 27 de maio de 2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 37, n. 106, p. 462-466, 1. sem. 2010. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha106\\_1\\_2010.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha106_1_2010.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). 3ª reunião ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL): intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura, em 10 de agosto de 2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 36, n. 105, p. 79-80, 2. sem. 2009e. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha105\\_2\\_2009.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha105_2_2009.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do escritório da PETROBRAS em Pequim, em 23 de maio de 2004. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 31, n. 94, p. 115, 1. sem. 2004a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N94\\_1Sem\\_2004.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N94_1Sem_2004.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o Século XXI”, em Pequim, em 24 de maio de 2004. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 31, n. 94, p. 115-118, 1. sem. 2004b. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N94\\_1Sem\\_2004.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N94_1Sem_2004.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em 03 de novembro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 30, n. 93, p. 189-191, 2. sem. 2003b. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N93\\_2Sem\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N93_2Sem_2003.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma, em 06 de novembro de 2003. **Resenha de Política**

**Exterior do Brasil**, Brasília, ano 30, n. 93, p. 195-198, 2. sem. 2003c. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N93\\_2Sem\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N93_2Sem_2003.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas: discurso de abertura do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 30 de novembro de 2004. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 31, n. 95, p. 193-196, 2. sem. 2004d. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N95\\_2Sem\\_2004.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N95_2Sem_2004.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Instalação da 4ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura: mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, em 15 de fevereiro de 2006. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 33, n. 98, p. 61-63, 1. sem. 2006. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N98\\_1Sem\\_2006.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N98_1Sem_2006.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Seminário Brasil-China: novas oportunidades para a parceria estratégica: discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia de encerramento, em 19 de maio de 2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 36, n. 104, p. 115-119, 1. sem. 2009d. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_numero\\_104\\_1\\_2009.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_numero_104_1_2009.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Sessão de posse do Presidente da República: discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional, em 1 de janeiro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 30, n. 92, p. 13-20, 1. sem. 2003a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N92\\_1Sem\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Visita ao Brasil do Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua, em 29 de julho de 2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 36, n. 105, p. 264, 2. sem. 2009b. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha105\\_2\\_2009.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha105_2_2009.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Visita ao Brasil do Presidente da Rússia: discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita oficial do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, em 22 de novembro de 2004. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 31, n. 95, p. 177-179, 2. sem. 2004c. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N95\\_2Sem\\_2004.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N95_2Sem_2004.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Visita do Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan: declaração à imprensa, em 27 de maio de 2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 37, n. 106, p. 217-218, 1. sem. 2010. Disponível

em:

<[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha106\\_1\\_2010.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha106_1_2010.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Visita do Vice-Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, de 18 a 20 de fevereiro de 2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 36, n. 104, p. 187-188, 1. sem. 2009c. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_numero\\_104\\_1\\_2009.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_numero_104_1_2009.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Presidente. (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Visita oficial do Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua: discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de julho de 2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 36, n. 105, p. 69-71, 2. sem. 2009a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha105\\_2\\_2009.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha105_2_2009.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Portal Brasil. **Chile é o primeiro país a receber exportação de petróleo do pré-sal**. 2011c. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/04/chile-e-o-primeiro-pais-a-receber-exportacao-de-petroleo-do-pre-sal>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BRASIL. Visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Hu Jintao: comunicado à imprensa, em 14 e 15 de abril de 2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 37, n. 106, p. 358-361, 1. sem. 2010. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha106\\_1\\_2010.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha106_1_2010.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRITISH PETROLEUM-BP. **BP statistical review of world energy**. London, 2015. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/about-bp/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. 361 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade\\_Anarquica\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CAGNI, Patrícia; BRESCIANI, Eduardo. Comperj dará prejuízo de R\$ 45 bilhões à Petrobras. **O Globo**, Brasília, 07 abr. 2015. Brasil. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CARRA, Marcos. **A Petrobrás e a integração da América do Sul: as divergências com o Governo Brasileiro (1995-2010)**. 2014. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114455>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CASTELLAR, Guilherme; FEIJÓ, Bruno Vieira. O Brasil é auto-suficiente em petróleo? **Super Interessante**, [s.l.], v. 228, jul. 2006. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/o-brasil-e-auto-suficiente-em-petroleo>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, n. 2, p.133-151, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400308>>. Acesso em: 21 out. 2015.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das relações internacionais**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 343 p.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. **O conceito de segurança energética e o Brasil do Pré-Sal**: interpretações a partir das análises de Barry Buzan e Ole Waever. 2009. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). Disponível em: <[http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/miguel\\_dhenin.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/miguel_dhenin.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

FERNANDES, Jorge Henrique Cabral. A soberania cibernética na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). In: GHELLER, Gilberto Fernandes; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul**: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília: Ipea, 2015. Cap. 8. p. 263-304.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY-IEA. **World energy outlook**: factsheet. Paris, 2014. Disponível em: <[http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebiste/2014/141112\\_WEO\\_FactSheets.pdf](http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebiste/2014/141112_WEO_FactSheets.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2015.

JARDIM, Cláudia. Petrobrás anuncia fim de produção e exploração de petróleo no Equador. **BBC Brasil**, Caracas, 24 nov. 2010. América Latina. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101124\\_equador\\_cj\\_rc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101124_equador_cj_rc.shtml)>. Acesso em: 2 nov. 2015.

JÚNIOR, J. L. P. A diplomacia de resultados do Ministro Mauro Vieira: depoimento. [jul./ago. 2015]. **Revista Sapiência**, São Paulo, v. 24, ano 4, p.39-43, 2015. Entrevista concedida a Ana Paula S. Lima.

KLARE, Michael T. Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney. In: LEYS, C.; PANITCH, L. (Org.). **O novo desafio Imperial**. CLACSO, 2006. p. 201-223 Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09\\_klare.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

KLARE, Michael T. The changing geopolitics of oil. In: LOONEY, Robert E. (Ed.). **Handbook of Oil Politics**. London: Routledge, 2012.

KLARE, Michael T. The new geopolitics of energy. **The Nation**, New York, p. 1-8, May 2008. Disponível em: <[http://www.jmhinternational.com/news/news/selectednews/files/2008/05/20080501\\_Nation\\_TheNewGeopoliticsOfEnergy.pdf](http://www.jmhinternational.com/news/news/selectednews/files/2008/05/20080501_Nation_TheNewGeopoliticsOfEnergy.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2015.

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 38, p.260-267, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100014>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: 17 ago. 2015.

LANDAU, Georges D. **The geopolitics of energy: the view from Latin America**. Rio de Janeiro. 2008. 2 v. Dossiê CEBRI Disponível em: <<http://www.cebri.org/midia/documentos/geopoliticsofenergy.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 53, n. , p.115-131, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300007>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LULA diz que pré-sal é a nova independência do Brasil. **O Globo**, Brasília, 06 set. 2009. Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-diz-que-pre-sal-a-nova-independencia-do-brasil-3212015>>. Acesso em 5 nov. 2015.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. **A plataforma continental brasileira e o direito do mar: considerações para uma ação política**. Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1128-Plataforma\\_Continental\\_Brasileira\\_e\\_o\\_Direito\\_do\\_Mar\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1128-Plataforma_Continental_Brasileira_e_o_Direito_do_Mar_A.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2015.

MARRONI, Etienne Villela. **Política internacional dos oceanos: Caso brasileiro sobre o processo diplomático para a plataforma continental estendida**. 2013 Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88350>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MARTINS, Eliane Octaviano. Amazônia Azul, pré-sal, soberania e jurisdição marítima. **Revista Cej**, Brasília, v. 14, n. 50, p.83-88, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/1398/1371>>. Acesso em: 29 set. 2015.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea, 2013.

NEVES, Miguel Santos. A China e a Índia no Atlântico Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, n.38, p.71-94, jun. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992013000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 out. 2015.

NUNES, Rui. Geopolítica da energia: o *offshore* atlântico. **Janus**, Lisboa, p. 1-7, 2004. Disponível em: <[http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_1\\_1\\_14.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_1_1_14.html)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética.** 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76222>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Geopolítica do Atlântico Sul na era do pré-sal: desafios e perspectivas para o planejamento da defesa da soberania das águas jurisdicionais brasileiras.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2013, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=877](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=877)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana.** 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11150>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

PADULA, Raphael. **Desafios para uma agenda de segurança na América do Sul: a disputa de poder global, o Brasil e o Conselho de Defesa da UNASUL.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=877](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=877)>. Acesso em: 14 jul. 2015.

PENNA FILHO, Pio. A política externa brasileira diante das principais questões amazônicas e do Atlântico Sul: desafios e perspectivas. In: GHELLER, Gilberto Fernandes; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil.** Brasília: Ipea, 2015a. Cap. 9. p. 307-333.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. In: GHELLER, Gilberto Fernandes; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil.** Brasília: Ipea, 2015b. Cap. 5. p. 149-184.

PETROBRAS (Brasil). **Áreas de atuação.** [s.d.]c. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PETROBRAS (Brasil). **Marco regulatório.** [s.d.]e. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/marco-regulatorio/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PETROBRAS (Brasil). **Operadores na Turquia.** [s.d.]b. Disponível em: <<http://201.77.217.135/pt/paises/turquia/turquia.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PETROBRAS (Brasil). **Pré-sal**. [s.d.].d. Disponível em:  
<<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PETROBRAS (Brasil). **Presença global**. [s.d.].f. Disponível em:  
<<http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/presenca-global/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PETROBRAS (Brasil). **Refinaria Abreu e Lima**. [s.d.].a. Disponível em:  
<<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-abreu-e-lima.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PETROBRÁS adquire participação em bloco exploratório na Namíbia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mai. 2009. Mercado. Disponível em  
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2009/05/567833-petrobras-adquire-participacao-em-bloco-exploratorio-na-namibia.shtml>>. Acesso em 6 nov. 2015.

PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL (Brasil). Petrobras. **Etanol**. [s.d.]. Disponível em:  
<<http://sites.petrobras.com.br/minisite/petrobrasbiocombustivel/etanol/>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

PETROEQUADOR ameaça romper acordo com Petrobrás. **G1**, 03 abr. 2008. Economia e Negócios. Disponível em:  
<[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL387441-9356,00-PETROECUADOR+AMEACA+ROMPER+ACORDO+COM+PETROBRAS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL387441-9356,00-PETROECUADOR+AMEACA+ROMPER+ACORDO+COM+PETROBRAS.html)>. Acesso em: 28 out. 2015.

PRIoux, Bruna Le; MUXAGATO, Bruno. A descoberta das jazidas do pré-sal: um desafio para o futuro da energia no Brasil. **Intellecto**r, Rio de Janeiro, n. 15, p.1-33, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21167\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21167_Cached.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2015.

REPSOL SINOPEC (Brasil). **Composição acionária**. [2011]. Disponível em:  
<<http://www.repsolsinopec.com.br/web/guest/composicao-acionaria>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

ROSA, Bruna; ORDOÑEZ, Ramona. Com cancelamento de refinarias, Brasil vai aumentar importação de combustíveis. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/com-cancelamento-de-refinarias-brasil-vai-aumentar-importacao-de-combustiveis-15210914>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SCHUTTE, Giorgio Romano. O novo desenvolvimentismo e os desafios do pré-sal. **Nueva Sociedad**, Ciudad de México, v. 2, n. 1, p.76-87, sept. 2013. Disponível em:  
<<http://nuso.org/articulo/o-novo-desenvolvimentismo-e-os-desafios-do-pre-sal/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p.143-184, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000100005>>. Acesso em: 21 out. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da. Segurança e desenvolvimento na projeção internacional do Brasil (2003-2013). In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de defesa, inteligência e segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Cap. 3. p. 66-83. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_38.pdf](http://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2015.

SVARTMAN, Eduardo. A agência de defesa do Brasil para a América do Sul. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de defesa, inteligência e segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Cap. 2. p. 48-65. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_38.pdf](http://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2015.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2007, Rio de Janeiro. **Estados Unidos: presente e desafios**. Brasília: FUNAG, 2008. p. 181 - 229. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Estados\\_unidos\\_presentes\\_e\\_desafios.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Estados_unidos_presentes_e_desafios.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2015.

UNITED STATES-US. Department of Energy. Energy Information Administration. **International energy data and analysis**. 2013, 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/beta/international/index.cfm>>. Acesso em: 05 out. 2015.

UNITED STATES-US. Naval Forces Southern Command. Fourth Fleet. **Area of responsibility**. 20 Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.public.navy.mil/comusnavso-c4f/Pages/AOR.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2015.

VERRASTRO, Frank A. et al. **The geopolitics of energy: emerging trends, changing landscapes, uncertain times**. Washington, DC. 2010. 46 p. Disponível em: <[http://csis.org/files/publication/101026\\_Verrastro\\_Geopolitics\\_web.pdf](http://csis.org/files/publication/101026_Verrastro_Geopolitics_web.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2015.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primavera árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VOIGT, Márcio Roberto. **O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)**. 2010. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ufrgs, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/54097>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WORLD BANK GROUP. **Global economic prospects: the global economy in transition**. Washington, DC, June 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/GEP/GEP2015b/Global-Economic-Prospect-2015-Global-economy-in-transition.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.



XAVIER, Mateus Fernandez. **A inserção internacional do Brasil nas últimas décadas.** 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/7697>>. Acesso em 14 maio 2015.

YERGIN, Daniel. **O petróleo:** uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Página Aberta, 1993.